



# **Portugal: que Poder Funcional na actualidade? Perspectivas face a um mundo de relações globais.**

**Instituto de Altos Estudos Militares  
30 de Outubro de 2003**



## AGRADECIMENTOS

Desejo agradecer a todas as pessoas que de alguma forma me auxiliaram na elaboração deste trabalho, camaradas, professores, amigos e familiares.

Em especial ao meu orientador TCor Cav Ribeiro Braga e aos Srs TCor Art Silveira, Gen Loureiro dos Santos e TGen Pinto Ramalho.



## RESUMO

Portugal é uma Pequena Potência, localizada geograficamente no continente Europeu. A sua posição periférica confere-lhe em relação aos restantes países, uma vertente Atlântica, para o que muito contribuem os arquipélagos da Madeira e dos Açores com as quais forma o “Triângulo Estratégico Português”. Portugal, não sendo actualmente uma potência marítima, vê muito do seu poder no SPI advir da posse de determinadas capacidades, que utilizadas com perícia, lhe têm permitido manter a integridade do seu território desde a sua fundação, e conquistar um império que se manteve até à segunda metade do século XX. Estas capacidades são fundamentais e importa estudá-las em permanência para, em cada momento, serem definidas as melhores políticas no sentido de acautelar os interesses nacionais, garantindo em última instância os objectivos teleológicos do estado: Bem-estar e Segurança.

A posição geográfica sempre assumiu grande importância para o poder funcional português, a que não são alheios também factores como os recursos, sejam eles minerais humanos, a informação estratégica, a posse de uma tecnologia especializada ou o apoio de uma grande potência.

Mais recentemente, face ao acentuar das dependências entre os diversos actores da cena internacional, ganharam relevo outros como o “poder da legitimação”, a actuação de Portugal no âmbito de uma “soberania de serviço”, e também o facto de uma boa gestão das dependências trazer, no futuro, maior liberdade de acção político-estratégica para o estado português. As Forças Armadas, fundamentalmente o Exército, têm contribuído verdadeiramente para esse poder funcional obtido pelo serviço à comunidade internacional, garantindo em simultâneo credibilidade ao Estado, a que não são alheios factores idiossincráticos, únicos da maneira de ser portuguesa.

A Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, assume-se actualmente como garante máximo da afirmação da cultura lusófona no mundo. Portugal deverá manter as suas alianças, promovendo a sua cultura e honrando o seu legado histórico.



## ABSTRACT

Portugal is a small country located in the European continent. Its geographical position gives it, in relation to the remaining countries, an Atlantic characteristic, to which the archipelagos of Madeira and Açores a lot contributed to the "Portuguese Strategical Triangle".

Portugal is not currently a maritime power. Much of its power in the SPI comes from certain capacity that it has, that carefully managed have allowed it to maintain its territorial integrity since its foundation and it has also allowed it to conquer an empire which maintained until the second half of the Twentieth Century.

These capacities are critical and it is important to study them permanently in order to, at each moment, better policies can be outline, so that the national interests can be safe-guarded: Well-being and Security.

Its geographic position has always been of great importance to the Portuguese functional power, as well as other factors like the resources, either mineral or human, strategical intelligence, possession of state-of-art technology or the support of a great nation.

More recently, with the escalating dependency amongst the several players in the international scenario, other issues became relevant like the "power legitimacy", Portugal's performance in the scope of a "service sovereignty" apart from the fact that a good "management of the dependencies" can bring, in the future, a wider political and strategical freedom of action to the Portuguese state, the Armed Forces, and mainly the Army, have truly contributed to that functional power gained to the service to the international community.

This action gives simultaneously to the state some credibility to which the idiosyncratic factors are not strange and this is a unique feature in the Portuguese way of being.

The CPLP is today the stronghold of the Portuguese culture world wide.

Portugal should maintain its alliances in order to promote its culture and honour its historical legacy.



## GLOSSÁRIO

<b>CEE</b>	Comunidade Económica Europeia
<b>CEDEAO</b>	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
<b>CPLP</b>	Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa
<b>CTM</b>	Cooperação Técnico-Militar
<b>EEIN</b>	Espaço Estratégico de Interesse Nacional
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FA</b>	Forças Armadas
<b>GM</b>	Guerra Mundial
<b>IAEM</b>	Instituto de Altos Estudos Militares
<b>I&amp;D</b>	Investigação e Desenvolvimento
<b>IGeoE</b>	Instituto Geográfico do Exército
<b>MNE</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros
<b>MDN</b>	Ministério da Defesa Nacional
<b>OTAN</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>OCED</b>	Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>SPI</b>	Sistema Político Internacional / International Policy System
<b>PALOP</b>	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
<b>RTP</b>	Rádio Televisão Portuguesa
<b>SADC</b>	Comunidade para o Desenvolvimento dos Países da África Austral
<b>SEN</b>	Serviço Efectivo Normal
<b>TO</b>	Teatro de Operações
<b>TN</b>	Território Nacional
<b>URSS</b>	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
<b>UE</b>	União Europeia
<b>US\$</b>	Dólares Americanos
<b>ZEE</b>	Zona Económica Exclusiva



## INDICE

INTRODUÇÃO.....	1
1. Âmbito e Tema .....	1
2. Objectivo.....	2
3. Método .....	3
4. Organização .....	3
CAPITULO I - ENVOLVENTE CONCEPTUAL.....	5
I.1 Factores Originários do Poder .....	5
I.2 Caracterização de Pequeno Estado .....	5
II.3 Poder Funcional.....	7
CAPITULO II - POSIÇÃO GEOGRÁFICA PORTUGUESA.....	9
II.1 Geografia é Poder.....	9
II.2 O Espaço Aplicado à Geografia.....	10
II.3 Portugal e a Importância dos Açores e Madeira.....	11
<i>II.3.1 O Arquipélago dos Açores na II Guerra Mundial.....</i>	<i>11</i>
<i>II.3.2 Análise Geoestratégica dos Arquipélagos.....</i>	<i>12</i>
<i>II.3.3 Zona Económica Exclusiva .....</i>	<i>14</i>
II.4 Síntese conclusiva .....	15
CAPITULO III - RECURSOS ESTRATÉGICOS.....	17
III.1 Recursos Minerais.....	17
III.2 Recursos Humanos.....	20
<i>III.2.1 Factor de poder.....</i>	<i>21</i>
<i>III.2.2 Cultura e Educação Nacionais .....</i>	<i>22</i>
III.3 Outros Recursos .....	26
III.4 Síntese conclusiva.....	28
CAPITULO IV - APOIO DE UMA GRANDE POTÊNCIA .....	30
IV.2 Estados Unidos da América.....	31
IV.3 Outros Apoios significativos .....	31
CAPITULO V – TECNOLOGIA.....	33
V.1 Evolução Histórica.....	34
V.2 Capacidades Actuais .....	35



---

CAPITULO VI - OUTROS FACTORES DO PODER FUNCIONAL .....	37
VI.1 Interdependência e Globalização .....	37
VI.2 Soberania de Serviço .....	38
VI.2.1 <i>As novas fronteiras</i> .....	38
VI.2.2 <i>Forças Nacionais Destacadas</i> .....	40
VI.3 Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) .....	41
VI.3.1 <i>O espaço Lusófono</i> .....	42
VI.3.2 <i>O aparecimento da CPLP</i> .....	42
VI.3.3 <i>Lusofonia: um factor de poder?</i> .....	43
VI.4 O Poder de Legitimação .....	45
CONCLUSÕES/ PROPOSTAS .....	46
BIBLIOGRAFIA .....	51
INDICE REMISSIVO .....	58
INDICE DE APÊNDICES .....	61



*(...) parece difícil, por vezes, compreender que um país com a limitada população e recursos de Portugal pudesse chegar tão longe e conquistar tanto.”*

(Kennedy, 1989, 35)

## INTRODUÇÃO

### 1. Âmbito e Tema

Portugal está situado entre dois universos de interesses: são eles o Euro-Africano e o Marítimo. O primeiro projecta-se fundamentalmente no Mediterrâneo enquanto o segundo se projecta para todo o Ocidente.

Constrangido geograficamente na Península Ibérica, desde o Século XIV que se voltou para o espaço marítimo na busca dos seus interesses e das bases para as suas alianças com nações do Atlântico Norte, embora no actual contexto sócio económico, a prioridade nacional se volte para a Europa, colocando Portugal numa autêntica posição charneira de segurança entre aqueles espaços estratégicos: Europa e Atlântico. Esta posição assume relevo nas seguintes áreas (Sousa, 1997, p.27):

- Defesa e apoio das principais linhas de comunicação de reabastecimentos da Europa, assim como a eventuais acções conduzidas do Atlântico para o Norte de Africa, Médio Oriente ou outros destinos;
- Para acções de vigilância e controlo à entrada do mediterrâneo pelo Estreito de Gibraltar;
- No controlo aero-naval no Atlântico, manutenção da liberdade de movimentos Norte-Sul e Este-Oeste;
- No apoio operacional e logístico às acções no âmbito dos acordos bilaterais, nomeadamente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e do Magreb.

O tema que nos propomos abordar surge da necessidade de analisar em permanência as capacidades que Portugal dispõe para se impor no Sistema Político Internacional (SPI), defendendo os seus interesses num mundo interdependente entre os Estados e outros actores.

“*Portugal: que Poder Funcional na actualidade? Perspectivas face a um mundo de relações globais*” pretende analisar os elementos principais geradores do Poder Nacional na actualidade, definindo as áreas onde Portugal deverá incidir a sua acção estratégica.

## 2. Objectivo

Os estados actuais apresentam-se com uma grande diversidade nas suas características, facto que origina grandes diferenças no Poder por eles exibido.

As suas dimensões são desde logo reveladoras dessas diferenças, apresentando também profundas assimetrias no que respeita à sua população, dimensão, posicionamento geográfico, cultura e recursos, para citar apenas alguns dos factores mais relevantes.

O Estado constitui-se como uma organização política, criada para garantir o Bem-Estar e Segurança aos seus cidadãos, sendo sua responsabilidade a garantia do cumprimento desses objectivos<sup>1</sup>. As diferenças verificadas e que se manifestam na maior ou menor capacidade de intervir no SPI, são fruto de capacidades estruturais e conjunturais próprias, que devem ser devidamente utilizadas para conseguir a tão necessária afirmação internacional.

Às capacidades de um estado por deter quaisquer elementos, recursos ou meios indispensáveis ao funcionamento do SPI designaremos por *poder funcional*. São conferidas por diversos factores, entre os quais a detenção de uma situação geográfica privilegiada face às necessidades de projecção de poder das grandes potências, pela quantidade e qualidade dos seus recursos estratégicos, pela possibilidade de satisfazer as necessidades de uma Grande Potência ou dominar uma técnica específica (Ramalho, 1993, p.9).

O tema em estudo abrange um espectro de situações muito vasto, resultando numa tarefa complexa, exaustiva e morosa analisar com objectividade todos os elementos relacionados com o assunto. Assim, limitamos a nossa investigação aos aspectos mais significativos e que em nosso entender mais influência têm para se adquirir poder no SPI:

- A situação geográfica Portuguesa, com particular destaque para a posição geoestratégica dos arquipélagos dos Açores e da Madeira;
- As afinidades histórico-culturais com alguns dos países da cena internacional;
- Outros elementos que geram Poder Funcional, nomeadamente os recursos humanos, recursos estratégicos, tecnologia disponível, entre outros.

Não podemos deixar de nos referir também à globalização e a alguns dos seus efeitos, uma vez que se trata de um fenómeno de irreversível omnipresença nas relações entre os diversos actores do SPI. Contudo não o teremos em consideração no estudo uma vez que corríamos o risco de trazer maior ambiguidade ao trabalho, obrigando a uma análise mais extensa e divergente dos objectivos propostos. Finalmente concluímos evidenciando os

---

<sup>1</sup> Segundo Cabral Couto, as “aspirações humanas fundamentais” e que por conseguinte se constituem como os objectivos últimos do estado são a “Segurança e Bem-Estar”. (1988, p.23).

aspectos mais importantes do trabalho, onde incluiremos também as perspectivas que forem surgindo durante a sua elaboração. Naturalmente que incluímos algumas acções a desenvolver pelo estado, com vista ao reforço do seu poder.

Neste contexto foi eleita como **questão central** a seguinte:

- Quais os principais elementos geradores de Poder Funcional do Estado Português?

Da qual se levantou a **hipótese** seguinte:

- A posição Geoestratégica de Portugal e os recursos humanos são os factores que actualmente traduzem maior Poder Funcional para o Estado Português.

Como **questões derivadas** daremos resposta às seguintes interrogações:

Questão 1: Qual a importância Geoestratégica dos Arquipélagos dos Açores e Madeira na actual conjuntura e qual o Poder Funcional que deles advém?

Questão 2: Quais os recursos que Portugal dispõe actualmente que dão Poder Funcional ao Estado português?

Questão 3: Portugal tem o apoio de alguma Grande Potência? E qual é o papel das alianças neste contexto?

Questão 4: De que forma a capacidade tecnológica actual portuguesa se pode constituir como Poder Funcional?

Questão 5: Existe mais algum factor que actualmente se constitua em Poder Funcional e para o qual as Forças Armadas possam contribuir?

### 3. Método

A resposta ajustada às questões acima descritas será no nosso entender suficiente para responder à questão central, através da confirmação da hipótese levantada. O processo escolhido para a condução deste trabalho teve como base de partida a definição de alguns conceitos, seguida por uma pesquisa documental e leitura atenta de diversos artigos de opinião, trabalhos de investigação, manuais escolares, livros e material disponível na Internet.

A investigação foi solidificada com entrevistas e na presença atenta de algumas conferências levadas a cabo no Instituto de Altos Estudos Militares.

### 4. Organização

Para uma mais fácil compreensão e análise dos factores que constituem o Poder Funcional, o presente trabalho foi dividido em seis partes, onde, por uma questão metodológica, se procura compartimentar os elementos com maior afinidade.

Na primeira descrevemos os conceitos necessários à percepção do restante estudo, onde cabem algumas abordagens às principais teorias Geopolíticas e são apresentadas definições de Pequeno Estado, Poder e de Poder Funcional.

Na segunda parte referimos os aspectos geográficos mais significativos de Portugal, nomeadamente a sua posição marítima e a importância geoestratégica dos seus arquipélagos.

Na terceira parte estudamos os recursos estratégicos mais importantes que Portugal dispõe actualmente e que poderá vir a utilizar no futuro. Constatamos que os recursos humanos se constituem, actualmente, no vector mais importante.

Seguidamente são referidos os apoios de duas grandes potências ao longo da história, Inglaterra e os Estados Unidos e de como isso se constituiu em Poder Funcional.

Na quinta parte abordamos o assunto da tecnologia existente em Portugal e como o Estado poderá actuar para reforçar o seu poder tecnológico, deixando para a sexta parte alguns outros factores igualmente importantes, com particular destaque para o facto de o Estado Português se constituir como “Soberania de Serviço”, cabendo às FA um papel activo e extremamente relevante. Para além disso abordamos outros elementos como a CPLP, a “Gestão das Dependências” e o “Poder de Legitimação”.

Finalmente apresentamos as conclusões finais relativas ao estudo efectuado e as propostas entendidas por convenientes.

## CAPITULO I - ENVOLVENTE CONCEPTUAL

### I.1 Factores Originários do Poder

A caracterização do fenómeno do *poder* tem sido estudada por muitos teorizadores, apresentando vários significados consoante a sua aplicação. De uma forma geral, podemos afirmar que nos encontramos no âmbito das relações sociais, consistindo em conseguir levar alguém a fazer aquilo que queremos, mesmo contra a sua vontade. Quanto mais forte for a vontade oposta, maior o poder necessário para a vencer. Este instrumento (poder) é utilizado para se conseguir alcançar os objectivos pretendidos, sendo realizado sempre em função das capacidades opostas percebidas, resultando numa relação onde jogam todos os factores dos oponentes, sejam eles mensuráveis<sup>2</sup> ou não. Na verdade, este fenómeno só faz sentido se for estabelecida como uma relação entre dois ou mais indivíduos e não como um “facto” ou uma “coisa”.

Das várias definições estudadas, elegemos a de Adriano Moreira por ser aquela que mais se aproxima do âmbito do nosso trabalho. Poder consiste assim no “produto de recursos materiais e imateriais, que se integram à disposição da vontade política do agente e que este utiliza para influenciar, condicionar, congregar e vencer o poder de outros agentes que lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses” (1997, p. 221). Todavia, resultante da sua aplicação surge uma outra forma espontânea de poder em sentido contrário, apelidado por Galbraith de “contra-poder” (1983, p. 90).

No Apêndice A apresentamos o resumo de outras teorias defendidas por autores como Max Weber, Kenneth Boulding, John Galbraith, Raymon Aron e Cabral Couto.

### I.2 Caracterização de Pequeno Estado

A qualificação da grandeza de um Estado pressupõe à partida a existência de uma hierarquização do Poder no SPI. Apesar de à luz do direito internacional todos os estados serem soberanos e membros iguais duma mesma sociedade internacional, o que é facto é que diferem largamente no que se refere às dimensões, população, forma de governo entre outros, que se traduzem em diferentes capacidades na orientação da sua política interna e externa.

Estas diferenças são fundamentais para o conceito de poder, sendo um aspecto “nuclear” em todo o fenómeno político (Couto, 1988, p.39). Como resultado, habituámo-nos a falar de

---

<sup>2</sup> A sua quantificação é um exercício extremamente complexo, quase impossível de realizar. Na realidade, temos assistido com alguma frequência a exemplos de países supostamente mais fortes mas que não conseguem alcançar os seus objectivos.

Super Potências, Grandes Potências, Médias Potências, Pequenas Potências, Estados Exíguos e até de “Micro Estados” (Moreira, 1997, p.300) sem contudo existir um critério definido e aceite universalmente para a sua classificação.

Os estados devem por isso ser definidos em simultâneo numa perspectiva qualitativa e quantitativa, de forma a se obter uma percepção mais correcta do seu valor.

A caracterização baseada unicamente no vector quantitativo, obriga à comparação de valores entre os Estados numa base física mensurável. Esta metodologia não traduz por si só uma real hierarquização dos Estados uma vez que há outros factores importantes para o poder que não são possíveis de contabilizar. Por outro lado, uma análise puramente qualitativa apresentará grandes lacunas e não conduzirá também a grandes conclusões.

O critério definidor da hierarquia terá então que juntar ambos os vectores para uma mais fiel correspondência com o poder demonstrado no SPI:

- Grandes Potências “são as detentoras e produtoras (autónomas) de armas estratégicas e que conseguem utilizar o espaço exterior em diversos domínios com força suficiente para provocar ou enfrentar um conflito global” (Ramalho, 1993, p.1);
- Médias Potências “são as possuidoras de uma considerável capacidade estratégica dentro de um quadro de interesses que ultrapassam largamente os de âmbito nacional e (...) grande aptidão para intervirem regionalmente. Apesar disso, também precisam de apoios de Grandes Potências para suprir qualquer insuficiência estratégica” (Ramalho, 1993, p.1);
- Pequenas Potências são “aquelas que para a prossecução dos seus interesses, necessitam de se associar a uma outra potência de ordem superior, para viabilizarem as capacidades inerentes à condição de Estado” (Ramalho, 1993, p.2); ou ainda a definição de Adriano Moreira na qual “são todas as que (...) necessitam de associar-se a uma potência directora, mesmo que conjunturalmente, enquanto o teatro operacional é dominado pela estratégia indirecta, possam refugiar-se na neutralidade ou categorias afins” (Moreira, 1983, p.13).

Também Políbio de Almeida apresenta uma definição para o Pequeno Estado, caracterizando-o “por factores estruturais mensuráveis e outros factores conjunturais também perceptíveis” (1990, p.14).

Na tradução desta definição por dimensões concretas, teríamos então como valores mínimos um território com 30 000 km<sup>2</sup>, população de 3 milhões de habitantes e um PIB<sup>3</sup> de 10000 milhões de US\$.

Na comparação destes valores com os de Portugal, chegamos à conclusão (neste critério) que este se assume como um Pequeno Estado, pois possui (CIA, 2003):

- Território Nacional com uma área total de 92 391 km<sup>2</sup>;
- População de 10 084 245 residentes (dados de Julho 2002);
- PIB de 182 Biliões de Dólares Americanos (\$US) (dados de Julho de 2002).

Como síntese podemos então afirmar que os Pequenos Estados são caracterizados por possuírem pouca população, poucos recursos<sup>4</sup>, reduzida extensão territorial e fraqueza no plano económico, tecnológico e militar. Geralmente a sua actuação estratégica incide na coesão interna para assegurar a unidade do Estado e a independência política no quadro das interdependências, maximizando a sua liberdade de acção e afirmação política sempre num panorama de Alianças e Acordos que lhe sejam convenientes.

Para aplicarem o seu poder no sentido da defesa dos interesses nacionais, os Pequenos Estados terão que avaliar correctamente as suas vulnerabilidades e potencialidades. No fundo, é a capacidade de coagir que se encontra mais diminuída, restando-lhe apenas a possibilidade de influenciar politicamente na cena Internacional através duma acção diplomática que se pretende eficaz (Ramalho, 1993, p.2-3).

Uma caracterização gráfica de Pequena Potência é avançada no Apêndice D e o papel por elas desempenhado no Apêndice E.

### II.3 Poder Funcional

A rentabilização da acção diplomática dos Pequenos Estados constitui uma das maiores dificuldades e desafios para os governantes desses países. Têm ao seu dispor diversos poderes, a serem usados consoante a sua localização geográfica: Poder de Santuário, Estado Tampão, Estado Instrumento, Poder do Numero, Poder Funcional, Poder de Neutralidade, Poder Perturbador, Clamor Mundial e Poder da Clandestinidade. De todos eles, o mais eficaz é a utilização do Poder Funcional (Moreira, 1993, p.49).

Este poder é caracterizado essencialmente por ser um poder momentâneo, cuja precariedade se deve à conjuntura em que é empregue. Com efeito, o que hoje cumpre um

<sup>3</sup> Este valor refere-se ao ano de 1990. No entanto, optou-se por não se efectuar a sua actualização para valores de 2003, porque não sendo relevante para o estudo, não altera a originalidade da fonte.

<sup>4</sup> Não é regra, havendo no SPI diversos exemplos de estados pequenos em extensão territorial mas apresentando grande poder, mercê dos seus imensos recursos naturais.

determinado objectivo poderá deixar de o fazer amanhã<sup>5</sup>, devendo por isso ser utilizado com grande sentido de oportunidade.

É visto fundamentalmente sob as seguintes formas:

- A Posição Geográfica em que o Estado se encontra, sendo de todos os factores o mais estável;
- Os Recursos Estratégicos que possui: minerais, naturais, humanos, informação, entre outros, que conjuntamente se tornem importantes;
- O apoio de uma Grande Potência<sup>6</sup> ou Aliança;
- A posse de uma Tecnologia necessária ao SPI, que proporcione vantagens sobre os restantes países ou potências;
- Outros elementos considerados essenciais ao funcionamento harmonioso do SPI, destacando-se também numa efectiva capacidade de actuação como interlocutor.

Dito de uma maneira sintetizada, Poder Funcional são todas as capacidades que os Pequenos Estados detêm e que numa determinada conjuntura são necessárias a outras potências superiores do SPI. Nos capítulos seguintes iremos analisar estes factores individualmente.

A conjugação deste Poder com o Poder do Número<sup>7</sup> resulta num “multiplicador sinérgico”, materializando uma fatia significativa do potencial estratégico fundamental para as Pequenas Potências desenvolverem no âmbito de alianças harmonizadas aos seus interesses (Ramalho, 1993).

---

<sup>5</sup> Como por exemplo pela desvalorização um determinado recurso estratégico.

<sup>6</sup> Como seja os EUA na actualidade ou a Inglaterra no nosso passado histórico.

<sup>7</sup> Poder do Numero resulta da associação de Pequenas Potências em organizações internacionais, influenciando acções de diálogo, cooperação e coordenação a nível mundial ou regional (Ramalho, 1993, p. 8).

## CAPITULO II - POSIÇÃO GEOGRÁFICA PORTUGUESA

De todos aqueles factores que geram poder num Estado, a Geografia é dos que contribui de forma mais intensa, sendo o mais estável de todos.

Geograficamente o espaço Português está localizado no extremo ocidental da Península Ibérica e do Continente Europeu, numa estreita faixa virada para o Atlântico com cerca de 92000 quilómetros quadrados de área, separada da Europa por um país bastante maior que Portugal. Esta situação leva-nos a uma condição de periferia face aos centros geográficos, cultural, económico e político europeus (Martins, 2002, p.121-122).

A largura média de Portugal quase chega aos 200 km, tendo de comprimento cerca de 550 km, destacando-se a existência de excelentes portos, alguns de águas profundas, virados para o Atlântico. Constitui uma verdadeira “porta Atlântica” da Europa, possuindo boas infra estruturas aeroportuárias e vias de comunicação tanto no interior como para ligação ao restante continente Europeu.

A existência de dois arquipélagos no Atlântico reforça a sua ligação ao mar, proporcionando uma área imensa que internacionalmente nos confere direitos num espaço designado por Zona Económica Exclusiva (ZEE).

### II.1 Geografia é Poder

Se o Poder de um Estado fosse visto numa perspectiva meramente geográfica, seríamos levados a considerar, numa análise superficial, que um estado com maiores recursos e localização privilegiada teria maior Poder que outro sem estes atributos. De facto, apesar dessa análise ter algo de verdade, sabemos que a realidade não aponta para uma relação tão directa, pois existem uma infinidade de outros factores que concorrem para a geração de Poder, como por exemplo a descontinuidade do território, a quantidade e qualidade dos recursos e as características marítimas ou continentais. Assim, temos que analisar o Poder da Geografia à luz de muitos factores, interligando-os com outros de índole não geográfica.

Há 25 séculos que Toynbee, historiador erudito, dizia que as civilizações precisavam de um desafio da natureza para se tornarem grandes. Hipócrates afirmava que as terras mais altas eram geradoras de estatura elevada, enquanto que as mais baixas tinham pessoas mais nervosas e indóceis. Sun Tzu, utilizava a geografia do terreno para conquistar ou manter poder militar. No fundo todos concorrem para a afirmação de que “a geografia é um elemento essencial para a conquista ou manutenção de poder” (Almeida, 1990, p. 90) mas desde que o homem saiba tirar partido ou vantagem desse elemento natural. François Martins também

partilha desta opinião, afirmando que “são os homens que, através dos elementos culturais e das estruturas sociais, a ela [geografia] se adaptam [e que] em termos económicos, exploram os seus recursos [e] que, nas suas políticas, a interpretam e dela fazem o seu instrumento” (2002, p.119). No Apêndice C encontram-se descritas com mais pormenor, as principais teorias geopolíticas, muito em voga durante grande parte do século passado e que dão à geografia grande importância para o Poder dos Estados.

## II.2 O Espaço Aplicado à Geografia.

Ratzel foi o primeiro pensador que tentou demonstrar que espaço é poder, tendo nascido das suas ideias um movimento intelectual que tentava ligar a geografia à política. No aprofundamento das suas ideias, caracterizou o Estado como uma entidade fundamentalmente territorial sob duas vertentes: o espaço (área total e características físicas) e a posição (situação relativa relativamente à continentalidade ou insularidade). Na sua “Teoria dos Espaços”, afirmou que o espaço se assume como factor primordial na grandeza dos Estados, incitando à expansão para assegurar a sua própria existência (Almeida, 1990, p.107).

Enquanto este pensador defendia que o Estado se subjugava ao espaço, La Blanche contrapunha afirmando que a natureza facultava um conjunto de possibilidades, cabendo ao homem a escolha das que preferir. Kjellen, por seu lado, afirmava na sua “Teoria Organicista” que “o Estado é Direito por dentro e Força ou Natureza por fora”. Esta força, a que podemos *grosso modo* chamar de poder, é manifestada mais facilmente quando os interesses vitais estão ameaçados. Efectuou também a distinção entre Geografia Política e Geopolítica. Enquanto atribuía à primeira todos os aspectos relacionados com o estudo da terra, considerava a segunda como uma teoria do próprio Estado enquanto organismo Geográfico ou enquanto fenómeno no Espaço. Desta distinção concluiu que “cada Estado tem o seu núcleo territorial fixo” e também que cada Estado procura no interior “território natural” e no exterior “fronteiras naturais” (Almeida, p.114). Estas ideias constituiriam a base do expansionismo germânico verificado no início do século passado. Apesar da sua concepção organicista de “quanto mais território mais força”, não menospreza os Pequenos Estados, uma vez que para além de possuírem valor histórico e cultural, têm uma função “mediadora e estabilizadora”. No fundo, para Kjellen o Estado prevalece sobre a Nação porque é um indivíduo geográfico e não étnico, suportando melhor a perda de vidas humanas do que de território (IAEM a, 2000, p.27).

## II.3 Portugal e a Importância dos Açores e Madeira

O conjunto do Território Nacional, constituído pelo Continente, pelo Arquipélago dos Açores e pelo Arquipélago da Madeira é denominado por “Triângulo Estratégico Português”.

Esta designação<sup>8</sup> ocorre pela localização das parcelas se assemelhar a uma forma triangular, tendo ainda hoje grande importância estratégica para Portugal e também no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)<sup>9</sup>. No Apêndice B encontra-se uma descrição mais pormenorizada daqueles arquipélagos.

### II.3.1 O Arquipélago dos Açores na II Guerra Mundial

Durante a primeira metade do século XX, o apoio às operações efectuadas em ambas as Guerras Mundiais veio comprovar a importância estratégica das Ilhas dos Açores, pela sua localização privilegiada na protecção das rotas de reforço militar entre a América e a Europa. O surgimento do avião e o seu emprego na II Guerra Mundial não diminuiu a necessidade de utilização do conjunto das ilhas Açorianas, pelo contrário fez delas uma base de apoio ao corredor aéreo entre a Europa e o Continente Norte-Americano. As facilidades conferidas pelos Açores foram essenciais para o desembarque aliado no continente Europeu, garantindo pela sua utilização uma economia de cerca de 205 milhões de litros de combustível, de grande número de aviões de transporte e de pessoal de terra relativamente à rota da Islândia (Bessa, 1992).

Pela segunda vez no mesmo século, a Inglaterra invocava a aliança com Portugal, tendo o respectivo acordo sido assinado a 17 de Agosto de 1943. Foi-lhes concedida a possibilidade de utilização dos portos marítimos e aeroportos de diversas ilhas, contribuindo para o alargamento do raio de acção de vigilância aliado. A utilização dos Açores foi o local escolhido para o estacionamento de três esquadrões de luta submarina, factor determinante para a viragem da Batalha do Atlântico nesse mesmo ano de 1943.

As negociações foram efectuadas de maneira a que Portugal conseguisse a posição de neutralidade no conflito, seu objectivo estratégico. Segundo Isabel Nunes, “a neutralidade constituiu (...) o objectivo temporário preconizado pelo governo de então, como garante da soberania nacional, permitindo um posicionamento flexível e adequado aos movimentos da guerra nos teatros de operações europeus, africano, atlântico e Índico” (1993, p.123-125). Apesar disso, o estatuto geral de neutralidade enfrentava riscos de violência em várias

<sup>8</sup> Paiva Couceiro, no início do Século XX chamou pela primeira vez Triângulo Estratégico Português ao triângulo imaginário formado pelo Continente, Açores e Cabo Verde (Santos, 2003).

<sup>9</sup> De que Portugal é membro fundador desde 4 de Abril de 1949.

fronteiras, tendo sido efectivamente violado Macau<sup>10</sup>, Timor<sup>11</sup> e o Arquipélago Açoriano ameaçado por ambos os oponentes. Foi no entanto a ajuda facultada a ambos os beligerantes, traduzida num consentimento tácito de ambos os blocos em conflito, que viabilizou o estatuto “inventado” de “neutralidade colaborante” (Moreira, 1993, p.46).

Portugal conseguia assim colaborar com ambos os blocos mantendo-se afastado do conflito. Se por um lado a dispersão do território e a ameaça da perda de soberania limitaram as decisões do foro externo, por outro lado permitiu ao Pequeno Estado Português utilizar o seu Poder Funcional a partir do momento em que este foi percebido por ambas as forças em presença. Foi esse Poder Funcional existente<sup>12</sup>, magnificamente bem aproveitado, que garantiu ao estado o cumprimento dos objectivos estratégicos a que se tinha proposto.

Mas a posição geográfica em que Portugal se encontra, não confere apenas vantagens estratégicas.

Apesar do seu objectivo de neutralidade, a utilização da sua posição geográfica por parte dos aliados era fundamental para não comprometer a liberdade de acção do Atlântico. A insistência de Portugal numa neutralidade “absoluta”, implicaria muito provavelmente na sua utilização “forçada” pelos EUA. De facto, o presidente Roosevelt, num discurso efectuado a 27 de Maio de 1943, não punha de lado a hipótese de ocupação dos Arquipélagos dos Açores e Cabo Verde como forma de evitar uma possível intervenção Alemã, garantindo não só a liberdade de acção necessária no Atlântico mas também a própria segurança do território dos EUA<sup>13</sup> (Bessa, 1992, p.30-33).

### II.3.2 Análise Geoestratégica dos Arquipélagos

O Triângulo Estratégico Português cumpre actualmente uma nova função em face da nova realidade política e tecnológica, com destaque naturalmente para o fim da Guerra-Fria, para uma União Europeia (UE) em processo de alargamento e para o terrorismo internacional em crescimento.

A dimensão, configuração e posição do seu *vértice continental* constitui um elemento condicionante primordial da geopolítica portuguesa, inserindo-se num espaço geográfico de dimensões apreciáveis (Península Ibérica). Faz fronteira com o Norte de Africa e com a

<sup>10</sup> Onde uma pequena ilha chegou mesmo a ser ocupada pela China.

<sup>11</sup> Inicialmente pelos aliados e posteriormente pelos japoneses.

<sup>12</sup> Podemos afirmar que o poder funcional que na altura existia advinha essencialmente da localização geográfica Açoriana e da posse de Volfrâmio, matéria-prima necessária à máquina de guerra Alemã.

<sup>13</sup> Nas suas memórias Churchill também refere que os preparativos para a ocupação das Ilhas Atlânticas Portuguesas perderam o carácter de urgência, por Hitler ter decidido voltar-se para a URSS. As extensas negociações levaram a que Portugal conseguisse o que pretendia, mantendo o seu não envolvimento directo no conflito. (Citado por Carlos Bessa (1992, p.33), retirado da obra de Winston Churchill - *Memoires sur la deuxième Guerre Mondiale*, tomo III, Vol I, Plon, Paris, 1950, pag 146.)

Espanha, sendo o Atlântico a sua porta de entrada para diversas fontes de poder Europeias como as Norte Americanas, Latino Americanas, Africanas e resto do mundo. É sobre este vértice que se podem desencadear ameaças vindas dessas mesmas fontes de poder ou constituir um foco de projecção privilegiado sobre o Magreb, África Ocidental, Atlântico Norte e Sul (Santos, 2003).

O continente ganha profundidade com os outros dois vértices, principalmente com os Açores. Este *vértice Açoriano* assume uma expressão única pela sua função de ligação da Europa com os EUA, constituindo um ponto de defesa avançado e uma base aeroportuária de projecção do seu poder militar. Esta ligação também se faz com a América Latina e a Africa, incluindo destinos e origens de aproximação de cariz político, económico e cultural. Todas as aproximações que se façam através do Atlântico Sul, nomeadamente as terroristas ou outras ameaças com objectivo de atingir a área da OTAN, podem “ser controladas e respondidas, a partir do Triângulo Estratégico Português (...) em que cada vértice é potenciado pelos outros dois” (Santos, 2003).

No que respeita ao eixo Algarve – Madeira, a sua importância estratégica é superior à do eixo Espanhol de Gibraltar – Canárias (Espanhol), fundamentalmente porque a proximidade do Arquipélago da Madeira ao Magreb permite a projecção de forças para o continente Africano sem contudo permitir que o inverso se faça com facilidade. A posição da Madeira assegura também uma posição quase “geo-bloqueante em relação à garganta Euro-Africana de Gibraltar (...) [constituindo] uma verdadeira sentinela colocada em alerta na boca do Mediterrâneo” (Santos, 1991, p.163). A posição deste vértice torna-se ainda importante face às novas ameaças<sup>14</sup> oriundas do Noroeste Africano, facto que se encontra na justificação das estruturas e comandos instalados por parte dos EUA em Portugal (Santos, 2003). É o caso por exemplo de Porto Santo<sup>15</sup>, que se constitui num importante ponto de reabastecimento de aeronaves que utilizem as rotas do Atlântico Sul.

Virgílio de Carvalho é também da mesma opinião, atribuindo grande importância geoestratégica aquela posição Euro-Atlântica relativamente ao Mediterrâneo, na eventualidade de virem a ocorrer conflitos na região do Estreito de Gibraltar (1995, p.167). O arquipélago da Madeira vê ainda o seu interesse estratégico reforçado relativamente ao Atlântico Sul pela grande densidade de tráfego marítimo na ligação que decorre entre o Cabo

<sup>14</sup> Nestas novas ameaças incluímos o terrorismo internacional e transnacional, o tráfico de pessoas e de estupefacientes, entre outras.

<sup>15</sup> Encontram-se instaladas nesta ilha importantes infra-estruturas de reabastecimento OTAN. Portugal contribui com instalações físicas preparadas para acolher uma força de efectivo Batalhão, para a eventualidade de eclosão de um conflito de dimensões significativas. Também são efectuados com regularidade exercícios militares conjuntos para essa possibilidade.

da Boa Esperança e o Estreito de Gibraltar<sup>16</sup>.

Tendo sido a antecâmara dos descobrimentos de Portugal em 1500, foi sobretudo em torno destas Ilhas que o Império Português se edificou (Martins, 2002, 133), mantendo a sua importância estratégica até aos dias de hoje.

### II.3.3 Zona Económica Exclusiva

A existência destes arquipélagos no Atlântico proporciona, à luz do direito internacional, o direito de exploração de uma vasta área marítima, designada por Zona Económica Exclusiva. A importância estratégica deste espaço interterritorial decorre essencialmente de dois factores:

- Recursos naturais existentes (piscícolas, minerais ou outros):
- Controlo das rotas marítimas e aéreas, que fazem uso daquela área.

No que se refere aos recursos naturais, engloba não só os piscícolas, mas também os aquíferos e tudo o que possa ser retirado do mar. Entendemos que uma Pequena Potência como Portugal não poderá deixar de contar com esta vasta área, que lhe proporciona em face dos recursos, capacidade negocial face aos seus parceiros Europeus. Bem recentemente ocorreram na UE negociações relativamente às pretensões Espanholas de operar nas águas costeiras portuguesas, obrigando Portugal a efectuar um grande esforço negocial para não “abrir mão” do espaço marítimo até às 12 milhas aos pesqueiros espanhóis<sup>17</sup>.

No respeitante ao controlo das rotas marítimas, esta área é utilizada por inúmeros navios comerciais que têm o direito de passagem conferido internacionalmente, mas estão sujeitos à fiscalização ou restrições que forem definidas pelo Estado Português. Recentemente o caso do *Prestige*<sup>18</sup> constituiu um exemplo de como Soberania Nacional se pode fazer sentir neste espaço, na protecção dos interesses Nacionais. Na realidade, se esta vasta zona marítima garante direitos ao estado português, também o obriga a possuir capacidades adequadas para os impor aos utilizadores que violem o consignado no direito do mar, ou que os auxilie<sup>19</sup> em caso de acidente. Portugal necessita de manter o controlo desta imensa área, constituindo razão mais do que suficiente para uma aposta forte em meios de fiscalização e prevenção de eventuais “ilegalidades” na sua utilização.

<sup>16</sup> Não podemos esquecer que é por ele que se efectua a única ligação livre com os outros oceanos (Índico e Pacífico)

<sup>17</sup> O difícil dossier das pescas esteve em negociação. De um lado a proposta da Comissão Europeia pretendendo regulamentar no sentido da abolição dos constrangimentos fronteiriços à actividade das frotas pesqueiras até às 12 milhas da soberania Nacional. Do outro lado Portugal que pretende manter as 200 milhas, impedindo que a frota espanhola entre nesse espaço de soberania, argumentando com a defesa dos recursos piscícolas (Siza, 2003). Terminou favorável às pretensões Portuguesas.

<sup>18</sup> Foi proibido de entrar nas águas Territoriais Portuguesas por motivos ambientais.

<sup>19</sup> É o caso das missões de busca e salvamento, da responsabilidade do Estado costeiro.

## II.4 Síntese conclusiva

Portugal pela sua localização, assume claramente uma posição geográfica marítima, possuindo as características que Pirenne aponta para ser considerada como uma “civilização marítima”: extrovertida pois sempre viveram do contacto com outras civilizações, a sua cultura é produto de sínteses sucessivas, permutando valores materiais e espirituais com outros povos, a sociedade é constituída por grupos sociais abertos e o poder é descentralizado, característico de estados democráticos. Contudo, não podemos considerar Portugal como “Potência Marítima” uma vez que não se enquadra nas três condições referidas por Mahan: não existem produções excedentárias para efectuar trocas, a marinha mercante portuguesa tem uma frota de navios reduzida<sup>20</sup> e já não possui colónias com portos seguros.

A vastidão do mar sob jurisdição Nacional e os seus imensos e importantes recursos naturais são argumentos suficientes para Portugal dever investir no desenvolvimento e no uso sustentável do oceano e dos seus recursos. A exposição atlântica da longa costa portuguesa e posicionamento dos seus arquipélagos fazem com que a ZEE seja a terceira maior da Europa, (após a da Noruega e a da Federação Russa), e a maior da União Europeia. Para além disso, aqueles mares são gelados grande parte do ano, facto que reforça a sua importância.

A existência dos arquipélagos aumenta o território Português em direcção ao Atlântico, conferindo grande vantagem no controlo das rotas marítimas e aéreas que atravessam esta vasta área. Aliado aos recursos naturais e piscícolas que contém, proporcionam um acrescido poder negocial no âmbito da UE.

A localização geográfica das parcelas territoriais não se traduzem sempre em poder funcional<sup>21</sup>, podendo ser negativo em alguns casos, ou seja, constituir-se como “servidão do triângulo estratégico” (Moreira, 1996, p. 23) se o estado for obrigado a seguir uma política que não deseje. Num caso hipotético de novo conflito em que se volte a pretender a situação de neutralidade, a situação geográfica pode não o permitir, deixando de constituir Poder Funcional. Por isso Pinto Ramalho refere que o estatuto de neutralidade só será respeitado se forem observadas uma das seguintes condições: ou se possui uma situação geográfica favorável ao não envolvimento em crises mundiais, ou se tem capacidade militar que, aliada a uma forte vontade de defesa, permite garantir a neutralidade (1992, p.304). Este facto leva a

<sup>20</sup> A marinha mercante portuguesa possui actualmente 151 navios na sua, totalizando 1061202 toneladas de carga (Coutsoukis, 2003)

<sup>21</sup> Segundo Adriano Moreira, o triângulo estratégico é apenas uma definição, pelo que o poder funcional que dela advém será uma “capacidade putativa”, ou seja, só terá significado se for mobilizada, através duma intervenção activa que o releve. (1996, p.23)

reflectir que a neutralidade nunca se obterá exclusivamente como opção própria, mas apenas se tal for “consentido” pelas potências maiores, ou seja, “não é neutral quem o deseja, apenas é neutral quem pode” (Moreira, 1993, p.45)

Outro facto conclusivo do Poder Funcional geográfico consistiu na adesão de Portugal à OTAN como membro fundador, ainda que fosse possuidor de apenas uma das premissas necessárias ao acordo. De facto, para se aderir à OTAN era necessário cumprir três premissas em simultâneo:

- Possuir um governo democrático;
- Ter uma política não colonialista;
- Não ser um regime comunista.

Portugal apenas tinha esta última na altura da sua entrada na organização.

Apesar das modernas plataformas reabastecedoras aéreas terem aumentado significativamente o raio de acção dos meios aéreos, tal facto não diminuiu a importância do arquipélago para a manobra logística. Continua a ser mais vantajoso efectuar menor transporte de combustível e pessoal em detrimento de outra carga mais importante, situação facilitada com o recurso à base das Lajes. O governo Norte-americano irá por isso continuar a investir nas infra-estruturas Terceirenses<sup>22</sup>.

Existem também algumas vulnerabilidades que não podem deixar de constituir preocupação para o Estado Português. Esta vasta área marítima é muito utilizada, pelo que uma situação de “vazio de poder” causada pela ausência de controlo nesse espaço, tenderá a facilitar acções nocivas ao estado, sejam de índole ambiental, sejam pela obtenção ilícita de recursos naturais. O esforço necessário para manter o poder nessa zona acarreta inevitáveis gastos porventura mais necessários a outras áreas sociais mais prementes. Contudo é um investimento do qual Portugal não poderá abdicar, sob pena de “perder” soberania nesse espaço.

---

<sup>22</sup> Da visita efectuada pelo Curso Estado-Maior à base aérea das Lajes em Junho de 2003, sediada na Ilha Terceira e no decurso de uma exposição realizada no Comando Operacional daquela Ilha, ficou bem expresso o facto dos Estados Unidos pretenderem continuar a investir e modernizar as suas instalações naquele arquipélago, revelando intenção clara de manter a sua permanência.

## CAPITULO III - RECURSOS ESTRATÉGICOS

Os recursos naturais<sup>23</sup> constituíram desde sempre factor de grande poder para os Estados por gerarem riquezas que, se devidamente aproveitadas, garantem uma posição hierárquica confortável no panorama mundial. A referência a este factor é feita normalmente numa perspectiva económica, abrangendo todos os elementos que se possam constituir como riqueza de um país. Um governo de um pequeno país como Portugal tem obrigatoriamente que estabelecer políticas correctas para aplicação dos seus recursos, pois somente uma comunidade abastada os poderá esbanjar sem preocupação da rentabilização do seu emprego.

Todavia não haverá boa gestão se não houver também bons recursos humanos, assumindo-se como a principal riqueza dum potência, principalmente das pequenas. Devem por isso existir políticas que promovam o seu desenvolvimento científico, cultural e anímico, fomentando também a sua coesão.

As “informações” são outro recurso que actualmente surgem com grande importância estratégica, por serem a base de boas decisões.

### III.1 Recursos Minerais

Um Pequeno Estado caracteriza-se além de outros factores, por possuir pequena área terrestre. Todavia não existe uma proporcionalidade directa entre a área ocupada e os recursos que possui, podendo até ocorrer a situação inversa. Se virmos o caso por exemplo do Kuwait, a uma pequena área terrestre corresponde uma imensa riqueza mineral<sup>24</sup> enquanto que o Japão possui grande espaço terrestre sem conter no seu território qualquer tipo de recursos naturais.

O caso Português é um pouco diferente desses exemplos, pois possui recursos no seu território, alguns deles em grande quantidade. Resta conhecer o seu contributo para o Poder Funcional.

Na época áurea dos descobrimentos, Portugal sonhou encontrar além fronteiras os recursos de que carecia. Das Índias vieram as especiarias, do Brasil veio o ouro e madeira e das colónias africanas imensas riquezas que colocavam o país numa confortável posição de liderança económica mundial. Éramos auto-suficientes também em matéria-prima base para a construção dos navios utilizados na epopeia dos descobrimentos.

Já mais próximo, durante a II GM, o volfrâmio retirado das minas portuguesas foi um

<sup>23</sup> Podendo ser recursos minerais, água, recursos humanos, entre outros.

<sup>24</sup> Sobretudo derivado ao Petróleo. Possui uma área de 17820 km<sup>2</sup>, 21 vezes mais pequeno que o Japão, possuidor de recursos em quantidade desprezável (CIA, 2003)

recurso mineral que, embora escasso, era extremamente importante para a fabricação do armamento alemão. Este facto contribuiu para a manutenção da já referida neutralidade colaborante portuguesa no conflito, aumentando as reservas de ouro tão necessárias à manutenção do *status* económico.

Todavia, a industrialização do mundo ocidental fez crescer a necessidade de produção de energia, inicialmente pela combustão do carvão e mais tarde pela utilização de derivados do petróleo e energia nuclear. Actualmente Portugal não possui minérios<sup>25</sup> que sejam indispensáveis às grandes potências económicas e industriais, nem na parte continental nem na ZEE<sup>26</sup>, o que implica a não existência de Poder Funcional com este factor. No entanto, a existência de alguns minérios em quantidades interessantes justifica melhor aprofundamento deste factor no presente estudo.

A produção portuguesa no domínio dos recursos minerais é predominantemente constituída por matérias-primas para construção<sup>27</sup>, rochas ornamentais e minérios metálicos. Possuímos também alguns minérios em quantidades significativas como o cobre<sup>28</sup>, o estanho e minérios polimetálicos ricos em zinco e prata. Aljustrel figura entre as minas mais importantes da chamada “Faixa Piritosa Alentejana”<sup>29</sup> que constitui juntamente com a parte espanhola “o maior stock de metais básicos da Europa”<sup>30</sup> (Barriga, 1998, p. 1).

Portugal também produz quantidades interessantes de tungsténio, a nível Europeu, encontrando-se o mercado actualmente inundado com oferta dos países orientais como a Rússia e a China. Se a produção Chinesa diminuir, Portugal dispõe de recursos tungstíferos que poderão vir a ser importantes.

No que respeita a minerais energéticos, Portugal apenas tem urânio em quantidades apreciáveis, sendo actualmente a terceira maior reserva da Europa<sup>31</sup>. São ainda conhecidos

<sup>25</sup> Embora em alguns casos “figure entre os principais produtores/detentores de reservas à escala mundial” (Barriga, 1998, p.1).

<sup>26</sup> Existem estudos que referem a existência de importantes nódulos polimetálicos (manganês, cobalto, níquel e cobre) a profundidades entre os 730 e 5800 m, na ZEE. Todavia, não há actualmente tecnologia disponível para a sua prospecção (Carvalho, 1995, p.37)

<sup>27</sup> Existentes em quase todos os países.

<sup>28</sup> As jazidas de Neves-Corvo apresentam-se como ímpares na Europa nas suas características geológicas-mineiras, com teores elevadíssimos no caso do cobre e os mais elevados do mundo para o caso do estanho Portugal era, em 1998, o 18º produtor de cobre e o 8º em estanho (Barriga, 1998).

<sup>29</sup> Consiste numa faixa de minério no Subsolo Alentejano, onde se encontram jazigos de minerais vários, que pela sua dimensão e pelos teores em metais neles contidos (Cobre, Zinco, Estanho, Ouro, Prata, entre outros), situam-se, entre os mais importantes à escala mundial, dentro deste género (Barriga, 1998).

<sup>30</sup> Com relevo para a prata, ouro, estanho, cobalto, outros metais preciosos e ainda cádmio, índio, germânio e gálio.

<sup>31</sup> Estima-se que contenham cerca de 10000 toneladas de recursos. Nos anos cinquenta constituíram stock estratégico português, enquanto que hoje é comercializado livremente nos mercados internacionais (Barriga, 1998).

pequenos jazigos de muitos outros metais<sup>32</sup>, com destaque para o lítio que poderá vir a ser a “única matéria-prima (...) com importância na tecnologia da fusão nuclear” (Barriga, 1998).

Para Portugal suprir a falta de recursos nos diversos sectores, terá naturalmente que realizar importações dos países produtores, o que exige do Estado uma gestão inteligente e atenta da evolução dos mercados. Vejamos o que aconteceu nos EUA.

Em estudos efectuados na década de 70, previa-se que por volta de 1985 esta Super Potência dependesse da importação de muitas das matérias-primas básicas, prevendo-se para esse ano o agravar da situação, tendo como consequências directas o aumento do poder (funcional) dos pequenos países detentores dessas matérias-primas. No entanto, na década de 80 os preços não inflacionaram, principalmente porque o aumento da tecnologia permitiu que o aproveitamento dos anteriores desperdícios<sup>33</sup> fosse melhor efectuado. Ou seja, porque não tiveram em linha de conta as tecnologias e outras alternativas, as projecções não se revelaram correctas (Nye, 2002, p.231).

Este exemplo poderá ilustrar a importância que grandes potências como os EUA dedicam no assegurar permanente das fontes de abastecimento e das respectivas vias de comunicação para os seus recursos vitais. Com efeito, a manutenção das linhas de comunicações para abastecimento de matérias-primas necessárias aos seus objectivos e sustentação, pode originar mesmo que as Grandes Potências tenham que intervir em teatros estratégicos específicos, como aconteceu recentemente no caso do Golfo (Castanheira, 2002, p.261). Naturalmente que uma pequena potência não terá esta capacidade, restando-lhe gerir com rigor e determinação o mercado das importações para não criar excessivas dependências relativamente a outros países.

O caso da energia pode ser tomado como referência uma vez que se assume como um dos recursos mais necessários aos países que pretendem manter o seu desenvolvimento. Como é sabido, Portugal não enveredou pela opção nuclear na obtenção de energia. Somos por isso bastante dependentes na produção de energia primária, tendo chegado a importar durante a década de noventa mais de 80 por cento do total consumido<sup>34</sup>. Para suprir esta deficiência, tenta-se que as Energias Renováveis<sup>35</sup> assumam maior eficácia, sendo actualmente o nosso país quarto na UE com maior percentagem de utilização deste tipo de energias no consumo total. Concretamente no que se refere à produção de energia eléctrica, as fontes de energia renováveis representam quase 40 por cento no consumo bruto de

<sup>32</sup> Estanho, tântalo e nióbio, ouro e lítio.

<sup>33</sup> O cobre, por exemplo, diminuiu de importância face à introdução da fibra óptica cujo componente básico é a areia. (Nye, 2002, p. 231).

<sup>34</sup> Dados retirados da Direcção Geral da Energia, pertencente ao Ministério da Economia do Governo Português (DGE, 2003)

<sup>35</sup> Energia Eólica, Hidroeléctrica, Geotérmica, Solar e a gerada pelas ondas do mar.

electricidade, gerada sobretudo nas barragens hidroeléctricas existentes.

Um outro tipo de energia que previsivelmente irá substituir o petróleo a médio prazo – o gás natural – constituir-se-á numa nova dependência externa, uma vez que Portugal também não dispõe de reservas conhecidas desse produto<sup>36</sup>. Não sendo possível obtê-lo internamente, torna-se necessário diversificar a sua importação. Uma vez que o transporte deste combustível pode ser feito por gasoduto (vindo do Magreb) ou por via marítima (utilizando o porto de Sines), podemos realizar o abastecimento sem depender de um único fornecedor. A solução mais razoável parece assim passar pela diversificação das origens desse recurso mineral, reduzindo a dependência exclusivamente do gasoduto Magrebino (Carvalho, 1993, p.45).

Prevê-se que um outro recurso fundamental para a sobrevivência do homem possa em poucos anos começar a escassear, vindo a tornar-se origem de conflitos em países mais carentes. Falamos de água potável. Sendo este recurso em Portugal quase todo proveniente do país vizinho, podemos também ficar dependentes desta necessidade básica vital. Uma das soluções poderá passar pela dessalinização de água salgada<sup>37</sup>, método eficaz já utilizado em Porto Santo desde há vários anos com muito bons resultados. (Santos, 2001, p.66-67).

Podemos então concluir que os Pequenos Estados terão que efectuar uma gestão criteriosa dos seus recursos, aproveitando ao máximo aqueles que possui, optando por alternativas sólidas e concretas para adquirir os que necessita de maneira a não tornar o Estado demasiadamente dependente<sup>38</sup> de outras potências.

### III.2 Recursos Humanos

Embora não esteja nos objectivos deste trabalho uma análise sociológica do povo Português, entendemos ser importante realçar a sua idiossincrasia e referi-lo como um povo de características peculiares, fundamentais para a afirmação do poder nacional.

Dos cerca de 14 milhões de pessoas que constituem actualmente a nação, cerca de 4 milhões encontram-se espalhados pelo mundo, ou seja cerca de 35 por cento do total (CIA, 2003). Segundo o sociólogo Orlando Ribeiro, a nação portuguesa é constituída por um povo afável, possuidor de grande capacidade de comunicação e facilidade de adaptação a todos os

<sup>36</sup> Estima-se que as actuais reservas petrolíferas se esgotem na década de 2050.

<sup>37</sup> Sabe-se que os custos deste processo têm vindo a decrescer ao longo dos anos ao mesmo tempo que o custo de obtenção e tratamento de água convencionais têm vindo a aumentar em virtude do aumento das exigências a nível da qualidade da água nos países desenvolvidos. Esta situação está a tornar a dessalinização numa alternativa cada vez mais interessante mesmo em lugares não muito longínquos de fontes de água tradicionais. Como exemplo podemos referir a corrida nos EUA de produção de centrais de dessalinização ao invés de longas condutas dispendiosas e com custos de manutenção elevados (IST, 2003).

<sup>38</sup> Mais à frente voltaremos a abordar o assunto da “Gestão das Dependências” como factor de Poder Funcional.

climas (que outros europeus não possuem) podendo ser encontrados em pleno equador activos e diligentes. Como resultado destas qualidades surge um povo trabalhador, resistente, ordeiro e dotado de um grande sentido de solidariedade, devendo ainda contar-se entre os povos que mais contribuíram para organizar o mundo sob a égide da civilização europeia. No seu conceito de vida é um povo sóbrio, moderado nos seus desejos, contentando-se por isso com pouco possuindo ainda um invulgar poder de adaptação a novas situações (1989, p.766-769).

Esta faceta única da maneira de ser portuguesa, tem acolhido junto dos restantes povos um reconhecimento natural pela facilidade de integração, provando-o as inúmeras comunidades emigrantes existentes internacionalmente. Esta herança de abertura e algum espírito aventureiro tem garantido que a Nação portuguesa continue coesa e com grande sentido patriótico, nunca esquecendo a pátria dos seus antepassados onde, no mínimo, têm alguns haveres que tentam administrar com regularidade. São também desconhecidas quaisquer más integrações locais ou actos de hostilidade perpetuados pelo facto da sua nacionalidade, sendo uma mais valia preciosa que confere credibilidade e prestígio acrescido ao estado português.

### **III .2.1 Factor de poder**

O homem constitui-se como o maior recurso natural das potências, em particular das materialmente menos dotadas. Sendo o país pequeno, reduzido também será o seu factor demográfico, não significando propriamente fraqueza. De facto verificamos no SPI a existência de países com pequenas populações mas que mostram possuir grande força anímica, facto só por si revelador da sua importância para o Poder Nacional, principalmente no que se relaciona com a sua qualidade.

Israel é um bom exemplo de um pequeno país em termos geográficos que possuindo apenas cerca de seis milhões de habitantes, consegue ser coeso, solidário e culto, sobrevivendo num cenário extremamente hostil, em que os seus antagonistas mais directos dispõem de uma população cerca de cinco vezes maior que a sua. Também a Suíça é um caso de notável sucesso, pois a população apesar de reduzida, tem sabido seguir com objectividade e determinação uma estratégia apoiada por uma notável capacidade de defesa, garantindo a ambicionada posição de neutralidade. Em ambos os casos tem sido fundamentalmente o elemento humano que tem sabido tirar vantagens da sua posição geográfica e agir de forma a proporcionar elevado índice de desenvolvimento (Carvalho, 1987, p.18).

Loureiro dos Santos (2003) também partilha da mesma opinião, referindo que Portugal terá uma expressão muito maior à da dimensão geográfica, se os recursos humanos forem capazes de tirar partido da posição geográfica e das relações políticas que mais nos

interessarem.

Parece assim consensual o facto que não bastará a um país ter grandes recursos se não tiver gente capaz de os utilizar convenientemente.

A reduzida quantidade de mão-de-obra que se encontra actualmente disponível<sup>39</sup> nos diversos sectores da sociedade, assume-se como uma das fragilidades portuguesas (e também de toda a Europa) o que obriga à sua importação<sup>40</sup> em grande escala de outros países, principalmente das ex-colónias Africanas, do Leste Europeu e do Brasil. O impacto desses fluxos migratórios na dinâmica global da população faz-se sentir pela alteração do seu perfil demográfico, sobretudo pela concentração de população estrangeira em idades activas predominantemente masculina.<sup>41</sup>

Todavia tal situação também apresenta aspectos positivos, podendo até inclusivamente assumir um carácter competitivamente saudável. O investimento efectuado pelo estado na formação da população não é realizado com os imigrantes, acabando por o país vir a usufruir da sua total actividade. Face a esta mais valia, o estado deverá procurar seguir uma política que os oriente e aplique nas necessidades reais do país, potenciando o que se apresentava como uma vulnerabilidade. Deverão ser objecto de uma atenção cuidada por parte do estado e da sociedade em geral, para que sejam bem aceites, na perspectiva que mais tarde muitos dos descendentes se tornarão cidadãos de pleno direito<sup>42</sup>, contribuindo também eles para a coesão e desenvolvimento Nacional.

Para além destas acções no território português, também a coesão nacional junto das comunidades emigrantes deverá continuar a ser preocupação prioritária dos decisores nacionais. As medidas que vêm sendo tomadas caminham nesse sentido e não deverão ser descuradas. A utilização de programas televisivos internacionais<sup>43</sup> e frequentes visitas às comunidades são alguns bons exemplos, contributos sempre válidos para a reafirmação da unidade portuguesa, de um estado unificador que os trata como seus membros.

### **III.2.2 Cultura e Educação Nacionais**

Como já foi referido, a geografia e a cultura assumem-se como dois factores fundamentais para o poder funcional duma pequena potência.

Todavia, é a educação que conduz à cultura, levando a considerá-la como o instrumento principal do estado para efectuar a transformação da sua própria sociedade, tornando-a capaz

<sup>39</sup>Devido sobretudo de uma taxa de natalidade reduzida que atinge actualmente os países Europeus.

<sup>40</sup>No ano de 2001 o total de estrangeiros autorizados a permanecer em Portugal ultrapassou os 350 mil, equivalendo a mais de 3% da população residente nesse ano.

<sup>41</sup>Na análise do período compreendido entre 1991 e 2001, vemos que foi a componente migratória foi a principal responsável por cerca de 85 por cento de aumento de volume de população (ACIME, 2003).

<sup>42</sup>Inclusivamente a serem inseridos nas Forças Armadas.

<sup>43</sup>A RTPi e RTP África são dois bons exemplos dessa preocupação nacional junto da população emigrante.

de enfrentar desafios e problemas que surgem nesse ambiente social e que deve por isso receber a primazia do investimento estratégico nacional. Vejamos cada um destes factores e qual a sua relação com o poder funcional.

No que diz respeito à cultura, elegemos a coesão como um dos produtos mais visíveis por ela disponibilizado, porque permite a prossecução de objectivos colectivos de forma mais eficaz e permanente. A união da população em torno de objectivos<sup>44</sup> comuns ultrapassando as dificuldades ou privações que possam surgir, torna mais fácil a concretização desse fenómeno sociológico. Todavia, para que essas ligações se efectuem torna-se necessário a existência de algo em comum, podendo assumir variadas formas: cultura (onde se insere a história comum e a língua), factores sociais, ideológicos, religiosos ou outros. Por isso, manter a coesão de um povo não é tarefa fácil e constitui-se actualmente num dos maiores desafios governativos das pequenas potências. Fenómenos como a Globalização, potenciados por uma rápida evolução tecnológica, proporcionam o acesso mais fácil da população a novos espaços culturais, políticos, económicos ou outros, levando à “absorção” de novas culturas a um ritmo mais elevado do que do antecedente.

Portugal tem-se empenhado fortemente em conseguir a coesão nacional, “(...), uma vez que isso se reflectirá em Poder Funcional nas relações internacionais, nomeadamente no papel de ponte entre povos e culturas diferentes” (Graça, 1992, p.196). O poder resultante da cultura<sup>45</sup> é designado por Poder Cultural e consiste na capacidade efectiva de um estado na propagação da sua cultura e da sua imagem cultural, havendo quatros elementos essenciais na sua estrutura:

- Identidade Cultural e a Consciência Nacional;
- Capacidade de Produção da Industria Cultural;
- Organização da Diplomacia Cultural e a
- Visibilidade e autenticidade da Imagem Cultural.

A Identidade Nacional não é mais do que a identificação dos indivíduos com a sua cultura, preservando os seus valores, usos e costumes fundamentais, deixando para a Consciência Nacional tudo o que respeita à noção que os indivíduos têm de pertencer a um determinado Estado<sup>46</sup>, percebendo o seu papel e estatuto no SPI.

A Produção Industrial assume-se como outro dos elementos de promoção da cultura. O governo tem procurado progressivamente desenvolver uma política de encorajamento a este

<sup>44</sup> A religião, costumes ou crenças em comum poderão ser factor de grande coesão nacional

<sup>45</sup> Por cultura entende-se o conjunto de características que conferem identidade e unidade a um povo, diferenciando-o dos outros, ou seja, o que é transmitido de geração em geração (Graça, 1992).

<sup>46</sup> A História do país, desempenha uma função crucial neste processo, na perspectiva em que quanto melhor o conhecimento do seu passado, maior a identidade cultural e a consciência nacional.

tipo de produção, embora ainda esteja aquém do que seria desejável ou necessário<sup>47</sup>. Uma vez que “é possível avaliar (...) o Poder Cultural Nacional através da indústria cultural”, verifica-se que existe uma relação directa entre estes elementos: quanto mais industria cultural, maior o poder cultural do estado e vice-versa (Graça, 1992, 268-269).

No que respeita à Diplomacia Cultural<sup>48</sup>, esta é gerida pelo governo e representa a informação de carácter oficial que não é sujeita às leis de mercado. Também engloba as comemorações oficiais de datas importantes da História Nacional, podendo ter carácter temporário<sup>49</sup>, no entanto para uma maior eficácia sobre a audiência, esta propaganda deverá aparecer como informação cultural não oficial, “camuflando” a sua origem governativa (Graça, 1992, p.269).

Finalmente a Imagem Cultural consiste basicamente em tentar promover uma boa imagem do próprio estado. Partindo do princípio que o desvio entre a imagem e a realidade parece ser uma característica do fenómeno da comunicação, torna-se necessário actuar para que a percepção que os outros países tenham de nós se transforme em factor positivo. A imagem da cultura nacional é determinante para a credibilidade nacional, devendo ser trabalhada com o objectivo de realçar e exaltar os feitos portugueses, as suas qualidades e virtudes, contribuindo assim para maior coesão e força anímica nacionais. No fundo, a imagem que os países têm uns dos outros acaba por ser funcional, “uma vez que os estados possuem instrumentos destinados a tornar visível e a influenciar a definição da sua imagem cultural nacional no espectro internacional” (Graça, 1992, p.270).

Apesar do esforço que tem vindo a ser desenvolvido pelos responsáveis governativos, o poder cultural português é ainda fraco quando comparado com alguns outros Europeus. Países como Espanha, França ou Inglaterra estão bastante acima, conseguindo passar a sua mensagem com resultados muito positivos.

Também indissociável da valorização dos recursos humanos como factor de poder temos a educação, que é sem sombra de dúvidas o instrumento do Estado que assume maior importância para a promoção do desenvolvimento nacional. É através dela que se consegue alterar de forma mais eficaz o curso da história de um país, devendo a aposta estratégica ser efectuada de forma sistemática e atenta ao permanente evoluir dos acontecimentos.

---

<sup>47</sup> Segundo dados do Ministério da Cultura, para o ano de 2003 o estado disponibilizou 26,8 milhões de euros para o cinema, equivalente a cerca de 8,8% do orçamento total da cultura (305.628.248 €). A aposta vai para o teatro com 15,1 % do total (46.099.253€). Em 1999, por exemplo, a fatia destinada ao cinema era de 5,2 milhões de contos (cerca de 25,9 Milhões de Euros), significando que tem havido um aumento de apenas 900 mil euros anuais para o audiovisual, cinema e televisão (2003, p.1).

<sup>48</sup> Também chamada de propaganda cultural.

<sup>49</sup> Como foi o caso, por exemplo, das comemorações dos Descobrimentos.

Num artigo recentemente publicado na imprensa portuguesa, Garcia Leandro<sup>50</sup> põe a lume um aspecto importante relacionado com a reduzida formação dos cidadãos. No seu entender, a cidadania e o sentido do colectivo são aspectos fundamentais para o potencial de defesa, devendo originar as necessárias acções de formação que permitam atingir não só os cidadãos, mas também os futuros líderes nacionais, Segundo este autor, se “até há alguns anos (...) vivíamos num sistema de fronteiras protegidas, (...) agora temos de nos comparar com os melhores [países] e aí vêm ao de cima as nossas principais fraquezas” (2003, p.13). Está em causa a imagem do país face à Europa onde nos inserimos, cabendo um esforço a todos os níveis, para o reforço positivo dessa mesma imagem.

A investigação que efectuamos levou-nos à comparação de alguns dados com outros países. Até à década de 60, Portugal apostou apenas na generalidade da educação básica (quatro a seis anos), o que veio a originar um baixíssimo nível de qualificação da população. Em 1980, Portugal apenas tinha sete por cento da população com o ensino secundário, contra os 20 por cento da Espanha, 50 por cento da França ou 67 por cento da Suécia. A Irlanda também possuía oito por cento. Esta situação foi-se alterando progressivamente através de um investimento maior nesta área, principalmente a partir de 1985, com o Primeiro Quadro Comunitário de Apoio (89-93) a garantir melhorias significativas nas instalações e condições do ensino (Tavares, 2003, p.70-75).

Apesar dos investimentos, em 2001 a percentagem da população entre os 25-34 anos com nível igual ou superior ao 12º Ano era de 29 por cento em Portugal contra 53 por cento em Espanha e os 67 por cento da Irlanda, quando a média da OCED se situava nos 72 por cento. O acesso à sociedade de informação é também reduzido, havendo uma média de 35 alunos por computador no ensino secundário em 2001, contra 14 da Itália ou 7 da Irlanda.

Face ao referido, podemos concluir que Portugal mantém atraso relativamente aos restantes países<sup>51</sup>, situação que deve ser rapidamente alterada para um desenvolvimento equilibrado com os parceiros europeus (Tavares, 2003, p.76-78). As medidas avançadas por este autor passam por incutir valores como a “cultura, identidade nacionais, estimulando-se o apreço pelos valores morais ou religiosos (...) e por todo o património (...) que caracterizam o nosso país” (2003, p.78). A aposta deve ser também efectuada na qualidade dos quadros das empresas e organismos de responsabilidade nacional, sendo de realçar o aspecto bastante positivo da descentralização Universitária pelo interior do país possibilitando um acesso mais facilitado e por isso mais generalizado.

<sup>50</sup> O TGen Garcia Leandro é actualmente o Director do Instituto de Defesa Nacional.

<sup>51</sup> Apesar de Portugal ter crescido no acesso ao ensino superior de 6 para 40 por cento em 20 anos entre 1961 e 1981 (Tavares, 2003, p.77).

Devemos também estar preparados para enfrentar os desafios decorrentes das mudanças constantes, características dos nossos dias, nomeadamente em mercados tão competitivos como os da UE. A Investigação e Desenvolvimento (I&D) indispensável para se adquirir competitividade nas empresas portuguesas, exige uma política de educação robusta, constante e firmemente orientada para objectivos num prazo mais dilatado, apostando sobretudo na especialização em sectores específicos uma vez que o Pequeno Estado dispõe de poucos recursos humanos e financeiros.

A educação constitui-se também como instrumento de difusão da própria cultura, proporcionando maior resistência à aculturação a que a população está sujeita, por uma maior facilidade de compreensão dos factos históricos portugueses.

Permite ainda, embora de uma forma indirecta, que a integração de recursos humanos em ambientes de decisão mundiais se proceda com maior facilidade. Pinto Ramalho (2003) afirma que pequenos países como Portugal têm imperiosa necessidade aceder a lugares de decisão ou a Estados-Maiores internacionais para que, junto dos órgãos decisores, orientem os assuntos na origem favoravelmente aos interesses de Portugal, permitindo poupar recursos diplomáticos ou desgaste desnecessário de capacidade negocial. No seu entender, deverão existir quadros devidamente formados e competentes, para que na devida altura possam concorrer “de igual para igual” com representantes de outros países que aparecerão com objectivos semelhantes.

Um outro aspecto que consideramos fundamental, consiste na educação para a cidadania e dos valores nacionais. Com a aproximação do final do SEN<sup>52</sup> deixarão de passar pelas fileiras um quantitativo considerável de cidadãos nacionais que recebiam a formação adequada, de forma a ficarem sensibilizados com os valores nacionais. Esta identificação do indivíduo com o estado tem que ser repensada e tomadas medidas concretas no sentido de reforçar esse sentimento nacional, onde o recurso ao ensino civil nas escolas se apresenta como uma solução credível e aparentemente eficaz. Uma nação culturalmente preparada e motivada será seguramente mais capaz de vencer os desafios futuros, não esquecendo que “um país pequeno necessita sobretudo de homens grandes” (Carvalho, 1986, p.29).

### III.3 Outros Recursos

Existe um outro recurso que tem vindo a ganhar importância nos diversos níveis do processo de decisão, quer se trate de uma Super, Grande ou Pequena Potência: são as Informações Estratégicas (Nye, 2002, p.249).

<sup>52</sup> Prevê-se o final deste Serviço Efectivo Normal para Novembro de 2004, passando o Exército a ser totalmente profissional.

Há já quatro séculos que Sir Francis Bacon (1561-1626) tinha escrito que informação é poder, sendo hoje difícil de imaginar que uma Super Potência se possa assumir como tal sem um nível idêntico na área das informações. Chito Rodrigues define-as como “as informações necessárias à defesa dos interesses nacionais, à garantia da independência nacional e à segurança externa do estado” (2003, p.283-299).

Decorrente do novo ambiente estratégico onde predominam as novas tecnologias, o crescente evoluir económico trouxe aos países uma opção técnico-científica que permitiu destacarem-se para usufruir de uma considerável vantagem nas áreas das informações. Os grandes avanços são sobretudo nos campos das comunicações e tecnologia, representando um novo factor multiplicador do potencial. A posse de sofisticados sistemas de C4I<sup>53</sup> processam as notícias de forma quase instantânea, proporcionando uma capacidade notória de influenciar e persuadir potências rivais ou aliadas e de adicionar mais poder ao já existente (Castanheira, 2002, p.265).

Qualquer que seja a dimensão ou objectivo de uma organização (comerciais ou militares), o problema da decisão surge cada vez com maior acuidade se se pretende manter a iniciativa ou o factor surpresa. À medida que o processamento da informação se torna mais rápido, as fontes terão que ser mais credíveis para que seja disponibilizada em tempo oportuno. Daí que informações de qualidade disponibilizadas em tempo se assumam como um recurso de grande valor, porque aumentam a rapidez de processamento da informação sem necessidade tão premente da sua confirmação.

Os últimos acontecimentos ocorridos com particular destaque para o ataque terrorista aos EUA em 11 de Setembro de 2001, trouxeram para a ribalta novas ameaças à escala global, dando crescente importância às informações estratégicas. A explosão da informação facultou o seu acesso quase instantâneo em todo o mundo, em particular da informação digital *multilingue*, originando maior necessidade de cooperação entre as Grandes e Pequenas Potências. Para que esta cooperação não seja praticamente unilateral, as Pequenas Potências têm igualmente que produzir informações estratégicas próprias servindo como moeda de troca com as recebidas. A nova ameaça do terrorismo veio por isso facilitar uma ampla coligação no âmbito deste recurso estratégico, por ser difícil actualmente definir onde começa e acaba a informação com interesse nacional, regional ou internacional. (Rodrigues, 2003, p.292).

As Pequenas Potências desenvolvem essencialmente os seus serviços de informação estratégicos com base no seu factor humano, desenvolvendo as suas actividades no campo da *Humint*<sup>54</sup>, contra a alta tecnologia empregue pelas super potências. No desenvolvimento dos

<sup>53</sup> Comando, Controlo, Comunicações, Computadores e Informações

<sup>54</sup> Human Intelligence

sistemas altamente sofisticados onde obtêm a vanguarda daquilo que pretendem conhecer, as Super Potências descuram por vezes a utilização do elemento humano, o que acarreta prejuízos no seu rendimento máximo (Rodrigues, 2003, p.288). Assim e de acordo com a opinião de Pinto Ramalho<sup>55</sup>, o acesso privilegiado do nosso país aos PALOP, motivado pela profunda ligação histórica e cultural com natural destaque para a língua portuguesa, proporciona às super potências uma fonte credível na obtenção de informação dessa parte do continente Africano. Africa é um continente que os Estados Unidos conhecem “pouco”, não tendo quaisquer afinidades culturais que lhes facilitem essa aproximação, nomeadamente no que respeita à língua e cultura. Por seu lado, Portugal encontra-se profundamente ligado àquele vasto continente, sendo fácil e natural a nossa adaptação às gentes indígenas. Apesar da sua elevadíssima capacidade tecnológica, os Estados Unidos continuam a precisar de um intermediário que lhe faculte essa aproximação, traduzindo-se tal facto actualmente num recurso de inestimável valor. Mercê duma aproximação cultural privilegiada tem sido facilitada a percepção atempada dos acontecimentos mais relevantes naqueles países, permitindo reacções mais pensadas e estruturadas por parte dos governantes portugueses. Isto pode significar a diferença, proporcionando a Portugal grande vantagem se pretender tomar uma qualquer iniciativa diplomática.

#### III.4 Síntese conclusiva

No que respeita aos recursos materiais, Portugal não dispõe de nenhum minério que actualmente seja indispensável a uma Super Potência. É inclusivamente deficitário nas matérias-primas necessárias à indústria nacional, o que torna a sua economia vulnerável às vontades dos países fornecedores.

Na produção de energia, Portugal deverá aproveitar as características próprias do território, investindo tecnologicamente quer na energia solar, quer em outras alternativas de preferência não poluentes como a energia gerada pelas ondas do mar<sup>56</sup> ou a geotermia<sup>57</sup>. Portugal assumidamente não enveredou pela energia nuclear, barata e de grande rendimento. Se assim fosse, hoje não precisaríamos certamente de importar grande parte da energia consumida, ficando inevitavelmente dependentes de outrem. Caberá, através das energias alternativas colmatar esta lacuna, gerindo as dependências energéticas minimizando as importações.

Pinto Ramalho (2003) é no entanto da opinião que a solução para Portugal passará

<sup>55</sup> Em conferência proferida no IAEM no âmbito do Curso de Estado-Maior, no ano lectivo de 2002/2004, e aprofundado em entrevista realizada em 2 e 6 de Outubro de 2003.

<sup>56</sup> A energia das ondas do mar utiliza a interacção entre o vento e as ondas, sendo um processo bastante rentável de conversão de energia. Têm ocorrido diversos teste em Portugal desde 2001, sendo no entanto ainda mais cara ainda que a energia eólica (AWS, 2003).

<sup>57</sup> Com aplicação rentável já nos Açores.

sempre pelo recurso à energia nuclear, se quiser continuar na vanguarda dos países desenvolvidos.

No que se relaciona com os recursos piscícolas e aquíferos, estes deverão ser negociados firmemente no âmbito dos acordos da UE investindo se possível, numa frota própria para a pesca. No mínimo o controlo da ZEE é fundamental e a fiscalização deverá ser mantida a todo o custo, cabendo este papel obrigatoriamente às FA.

Com a falta de recursos minerais e naturais importantes, Portugal terá que lançar mão dos recursos humanos, principal riqueza do país, para suprir a lacuna de “poder funcional” pela falta de recursos minerais importantes. É sobre as pessoas que se tem que fazer o investimento estratégico, desenvolvendo uma política de educação correcta e eficaz onde a cidadania tenha lugar inegociável. A preparação adequada de quadros facilita o acesso internacional a cargos de decisão importantes, colocando-nos em igualdade de circunstâncias com outros países.

A cultura é também um vector importante na obtenção de poder desenvolvendo a coesão Nacional e dando ao povo português a noção correcta da sua importância no mundo, aumentando o orgulho nacional. A cultura portuguesa deverá ser realçada junto dos restantes países da CPLP como meio de conseguir maior coesão também entre estes países.

Uma adequada aplicação dos recursos humanos traduz-se igualmente na obtenção de outro também necessário às grandes potências: a informação obtida pela *humint*. Trata-se apenas de tentar encurtar o tempo no seu tratamento: quem obtiver a informação mais cedo terá vantagens na sua utilização. “Portugal tem vantagens em obter informações estratégicas no Atlântico Sul, onde a nossa ligação privilegiada ao continente Africano se revela fundamental. É um recurso único, que não pode ser desaproveitado” afirma Pinto Ramalho<sup>58</sup>.

O nosso país deve também internacionalizar as suas relações económicas diversificando as fontes de obtenções de recursos para reduzir as inevitáveis dependências externas. Mas para poderem sobreviver neste ambiente competitivo, as Pequenas Potências necessitam de desenvolver especializações igualmente competitivas, compensando as importações. Um pequeno país que consiga um pequeno nicho de mercado, “conseguirá usufruir de influência externa desproporcionada relativamente aos restantes poderes nacionais” (Carvalho, 1985, p.28).

---

<sup>58</sup> Afirmação de Pinto Ramalho, em conferência proferida no IAEM no ano lectivo 2002/2003 ao Curso de Estado-Maior.

## CAPITULO IV - APOIO DE UMA GRANDE POTÊNCIA

A busca de maior poder através da realização de uma associação constituiu desde sempre uma das formas mais eficazes de conseguir superioridade, seja ela real ou aparente, num qualquer sistema social. Também nas relações internacionais, um actor mais fragilizado numa determinada área conseguirá mais facilmente suprir as suas lacunas através de uma aliança que lhe seja favorável, conseguindo deste modo alcançar com maior facilidade os objectivos que lhe sejam mais convenientes. Este processo é válido em todas as áreas, sejam elas económicas, tecnológicas, militares ou outras, dependendo da conjuntura e naturalmente dos objectivos que se pretendem alcançar.

Os acordos nem sempre são conhecidos na sua plenitude, podendo até camuflar interesses diferentes daqueles que são publicitados. Numa pequena potência, estas alianças são de importância crucial em face das lacunas que normalmente apresentam, obrigando a grande jogos diplomáticos no sentido da maximização das potencialidades que eventualmente possam ser jogadas a seu favor.

A segurança e defesa sempre foram ao longo da história a área que mais tem estimulado acordos com grandes potências, alguns deles manifestamente importantes, como foi o caso da aliança de Portugal com Inglaterra. Daí que habitualmente somos levados a identificar este factor do poder funcional com o âmbito militar.

Se analisarmos o que se passou durante a Guerra Fria, o poder estratégico das Super Potências disponibilizado pelo arsenal nuclear era de tal forma elevado que limitava a liberdade de acção das super potências envolvidas, pela possibilidade de destruição da totalidade da humanidade por uma acção menos ponderada. Esta situação paradoxal trouxe como consequência o aumento da liberdade de acção das Pequenas Potências, ganhando um poder (funcional) que lhes permitia prosseguir nos seus objectivos de forma mais facilitada.

Actualmente o poder funcional gerado por este factor mantém-se inalterável na sua concepção, apenas variando conjuntamente. No que respeita a Portugal, a sua ligação à OTAN<sup>59</sup> garante o apoio de várias potências em caso de agressão, apresentando tal facto manifestação clara de poder funcional.

### IV.1 Inglaterra

A independência portuguesa é fruto da conjugação de vários factos que ao longo da história permitiram manter o afastamento político da sua vizinha Espanha. De todas as

---

<sup>59</sup> Através do seu Artº 5, todos os países pertencentes à OTAN consideram a agressão a um país como uma agressão a todos.

alianças, a mais antiga foi sem dúvida com Inglaterra, que em momentos críticos da nossa história empregou meios militares suficientemente fortes para enfrentar o perigo Espanhol e Francês.

Os interesses Ingleses nessa aliança eram vários, consistindo basicamente em manter um ponto de apoio nas costas portuguesas, preferencialmente fora do jugo Espanhol. Na luta contra Napoleão, o facto da armada Inglesa poder aceder à costa portuguesa, dava-lhe considerável economia de tempo para descanso das tripulações, podendo manter em serviço maior número de embarcações (Macedo, 1988, p. 79). Por outro lado a Inglaterra está confinada geograficamente aos mares do Norte cujo acesso ao Atlântico Sul se efectua através das águas Portuguesas. Se o Império Espanhol também englobasse Portugal, todo o mar rodeado pela Península Ibérica seria administrado por uma única potência, rivalizando muito mais com as armadas dos países do Norte. Podemos concluir que o auxilio prestado por este país em diversos períodos da história, teve naturalmente e acima de tudo os interesses próprios de cada país. O poder funcional resultante desta aliança foi importante e talvez mesmo decisivo para que ainda hoje existam dois países na Península Ibérica.

#### **IV.2 Estados Unidos da América**

Os EUA vieram substituir a Inglaterra como potência marítima, logo após o eclodir dos conflitos mundiais da primeira metade do século passado. Desde então que foi “transferido” para aquela potência o interesse numa aliança, constituindo objectivo claro da política externa portuguesa manter uma relação privilegiada com aquele continente.

A aliança (OTAN) que se gerou logo após o final da II GM, veio reafirmar a vocação Atlântica portuguesa de manter estreita ligação ao mar e consequentemente à potência marítima, como forma de adquirir poder mantendo em simultâneo a protecção da nossa costa. Não podemos no entanto esquecer, que é a detenção de algumas capacidades ou elementos essencialmente geográficos, já anteriormente estudados, que proporcionam interesse na aliança dos Estados Unidos com Portugal. Ou seja, o poder funcional obtido pela posição geográfica está na origem de outro poder funcional, desta feita pelo apoio gerado numa aliança com esta super potência.

#### **IV.3 Outros Apoios significativos**

O apoio de uma grande potência gera poder funcional, na medida em que proporciona capacidades acrescidas, para a prossecução dos objectivos nacionais. Através desse apoio, o país manifesta-se no SPI com características diferentes, mais reforçado, podendo fazer uso dessas capacidades no seu próprio interesse. Mais uma vez falamos de âmbitos diversos, desde o económico, cultural, político ou de defesa, conforme o espaço em que pretendemos

afirmarmo-nos. Se falarmos do espaço económico naturalmente que a UE aparece a gerar poder; se for no âmbito da cultura apresentamo-nos com o espaço Lusófono, no âmbito da segurança e defesa será a OTAN que nos proporciona poder funcional. A CPLP, embora seja na sua génese uma aliança de cariz cultural, tem vindo a complementar o seu âmbito numa acção de cooperação militar, aumentando também o poder entre os estados membros da comunidade. Mais à frente voltaremos a falar deste assunto.

Finalmente, recordamos que qualquer aliança tem as inerentes contrapartidas, que deverão ser firmemente negociadas para não termos que ceder mais do que o indispensável. Para além da necessidade de ajustamento criterioso das contrapartidas aos objectivos nacionais, o seu cumprimento integral proporcionará decerto maior credibilidade, originando em simultâneo maior proximidade e confiança mútua que se revelará fundamental para o êxito do apoio prestado. Este factor tem sido uma constante história. De facto, todos os países “fracos” que têm vencido os mais capazes, detêm qualquer capacidade ou factor que lhes permite granjear o apoio de uma potência directora e assim prosseguirem os seus objectivos.

## CAPITULO V – TECNOLOGIA

A tecnologia sempre acompanhou a evolução das sociedades, constituindo-se como motor do seu desenvolvimento e conferindo aos estados maior possibilidade na obtenção de riqueza necessária para cumprir os seus objectivos. Cada vez mais o progresso e o desenvolvimento das sociedades são vistos como associados ou mesmo dependentes de tecnologias específicas. Juntamente com a inovação, são dos factores mais poderosos para a melhoria de vida dos povos.

A projecção do poder de um estado sempre foi concretizada pelo avançado grau tecnológico de que dispõe, através da inovação, investigação e desenvolvimento, conhecimento e capacidade de produzir bens, serviços e sistemas de armas em tempo oportuno de suplantar a concorrência. Constitui na prática, o índice revelador da vitalidade do poder do estado, sendo factor decisivo na hierarquia das potências com o conseqüente grau de influência ao nível mundial (Castanheira, 2002, p.263).

Um estado economicamente débil terá à partida dificuldade em disponibilizar grandes recursos para I&D, salvaguardando as devidas excepções como foi, por exemplo, o caso de Portugal na época dos Descobrimentos. É por isso difícil um Pequeno Estado tornar-se numa potência tecnológica, embora alguns como por exemplo Israel, a já citada Suíça ou mesmo a Finlândia tenham capacidade tecnológica significativa.

Torna-se também difícil de destrinçar a tecnologia dos outros factores de desenvolvimento, como a capacidade económica, pela grande interdependência que se verifica. Em princípio, serão as empresas que produzem a sua própria tecnologia, por interesse ou simplesmente por necessidade, obtendo maior qualidade e maior produtividade sempre a um preço mais competitivo. Este factor da competitividade é assim indispensável ao desenvolvimento tecnológico, estando profundamente interligadas: evolução e competitividade.

Todavia, muitas são as vezes em que se torna necessário desenvolver tecnologias em face de interesses políticos ou estratégicos do país e que não colhem o interesse directo das empresas (pela falta de competitividade). Nesta situação, o estado terá que procurar utilizar os meios que tem ao seu alcance para promover este interesse, lançando mão de reduções fiscais, encomendas ou projectos em conjunto com o próprio governo. É exactamente aqui que as tecnologias com emprego essencialmente militar se inserem.

Com este capítulo pretende-se reflectir sobre a influência da tecnologia no poder do Pequeno Estado português, concluindo sobre a sua capacidade actualmente.

## V.1 Evolução Histórica

Historicamente, o poder do estado esteve quase sempre ligado ao predomínio bélico, tendo sido o grande responsável pela inovação tecnológica. A descoberta do estribo deu poder aos povos bárbaros, a pólvora conferiu poder aos Bizantinos, o arco longo proporcionou a Carlos V a derrota dos franceses. Na Idade Média as armas de fogo alteraram a estratégia da guerra, tal como a metralhadora, o carro de combate, os gases letais e o avião foram determinantes na I GM. Posteriormente apareceu a arma nuclear, o foguete e a utilização do espaço. A própria Internet foi inicialmente uma forma de comunicação entre militares e só posteriormente se estendeu a todo o globo. Com poder bélico inovador, os estados podiam seguir as suas políticas e alcançar os objectivos a que se propunham com maior facilidade, bastando para isso que possuíssem uma capacidade importante que os outros não tivessem.

Foi com os Descobrimentos que a tecnologia portuguesa esteve mais em destaque. Possuidor de grande capacidade para navegar nos mares, a sua superioridade adveio do facto de ser o único na posse e utilização de tecnologias como o astrolábio, cartografia marítima e a própria construção de navios onde a aplicação das peças de artilharia veio revolucionar o que até então existia, apesar do recurso a cientistas estrangeiros<sup>60</sup>. Em todo o caso o “avanço só foi possível porque se navegou, se reviram técnicas de construção naval e da náutica, tendo havido contactos com fenómenos inesperados” (Albuquerque, 1985, p.216), isto é, porque existiu a experimentação ou aplicação do conhecimento.

Tudo isto concorreu para que o domínio de tecnologias garantisse supremacia nos mares e proporcionasse grande poder apesar da sua pequena dimensão. Na opinião de Paul Kennedy “muitos do progressos dessa época foram subprodutos da corrida armamentista” (1989,p.36), conjugados com aspectos económicos de comércio além-mar, mostrando que não é possível dissociar o aspecto tecnológico do económico. Esta corrida originou também novos instrumentos como o telescópio, barómetro, bússola de marinha, tendo igualmente dado origem a novas colheitas e plantas para proporcionar melhor alimentação, estimulando a ciência agrícola. O conhecimento da metalurgia progrediu rapidamente, a par da astronomia, medicina, física e engenharia.

Esta superioridade tecnológica foi determinante para a manutenção do seu enorme poderio económico, tendo-se mantido até que a tecnologia deixou de ser dominada unicamente por Portugal. Desde essa época áurea que Portugal não mantém qualquer superioridade tecnológica de relevo, dando apenas pequenos contributos para tecnologias

---

<sup>60</sup> Já nessa altura o recurso à inteligência externa ao país se revelava importante para o desenvolvimento tecnológico, como forma de gerar poder.

pertencentes a outros estados ou multinacionais.

## V.2 Capacidades Actuais

Com o fenómeno da Globalização, generalizou-se o conhecimento científico e tecnológico. Tornou-se hoje extremamente simples aceder à informação mais diversa levando ao aceleração do conhecimento mundial. Em princípio, um estado que possua Poder Tecnológico<sup>61</sup> terá na sua posse capacidades específicas que lhe proporcionam vantagens em diversos domínios. Somos assim levados a analisar o problema sob duas vertentes: uma fundamentalmente económica e outra voltada para o indivíduo, baseada na sua formação.

No que respeita à vertente económica é cada vez é mais difícil para um pequeno estado suplantar as grandes multinacionais cujo grande poder financeiro propicia a obtenção dos recursos humanos adequados a esse desenvolvimento tecnológico, em qualquer parte do mundo. A maioria das grandes tecnologias estão por isso actualmente nas mãos de multinacionais, que tentam aumentar o seu poderio, levando a que poucos estados consigam manter uma capacidade tecnológica que não esteja total ou parcialmente privatizada. Os números apontam para que cerca de 1/3 do produto global mundial e económico pertença às multinacionais, representando mais de metade do comércio mundial e controlando mais de 80 por cento da tecnologia disponível (Carneiro, 1996, p. 18).

As tecnologias estão, na sua maioria, disponíveis como um bem negociável, tendendo a ficar obsoletas em pouco tempo, levando à obrigatoriedade de rentabilização dos recursos necessárias ao seu desenvolvimento. O estado não participa normalmente neste jogo, tentando apenas influenciar através de pequenas participações, com maior ou menor incidência, conforme o interesse nacional.

A outra vertente voltada para a valorização do indivíduo, faz apelo ao instrumento educação como meio de aumentar o poder tecnológico. Partindo do princípio que a população portuguesa tem uma estrutura física e psicológica em tudo semelhante às dos países mais evoluídos, a diferença no desenvolvimento intelectual residirá em factores externos que lhe vão condicionar o crescimento intelectual e cognitivo.

A educação aparece como o processo de estimulação intelectual desde o nascimento, sendo por isso fundamental para o aumento do poder tecnológico. Para além da estimulação do raciocínio, aumenta o conhecimento geral, proporcionando maior capacidade inovadora e de resolução dos problemas. O estado deverá por isso promover uma intensa e adequada política de educação desde o início e não apenas nas Universidades, incentivando a

---

<sup>61</sup> Poder Tecnológico de um estado revela-se pela capacidade técnica e Científica, com especial incidência na Investigação e Desenvolvimento (Castanheira, 2002, p.263)

investigação em aspectos inovadores e ajustados ao produto nacional, para maior competitividade.

Na economia globalizada do nosso tempo, os mercados estão inundados de produtos variados de grande qualidade e a baixo preço. A sofisticação tecnológica crescente, nomeadamente as tecnologias de informação, deixam pouco espaço para empresas novas que se queiram impor, e consequentemente maior poder para as maiores que já se encontram implementadas. Por outro lado, nem sempre o conhecimento científico gerado é aproveitado pela indústria nacional. Muitos doutoramentos, por serem efectuados no estrangeiro, são “desperdiçados” constituindo enormes perdas para o património intelectual nacional.

Julga-se que a solução terá que passar igualmente por uma maior especialização do nosso sistema científico e tecnológico, de forma a concentrar inteligência em nichos que poderão ser explorados. A atracção do investimento de empresas internacionais para produtos compatíveis com as qualificações nacionais poderá ser um processo porque para além de importar investimento, importa inteligência e conhecimento. Por outro lado, o desenvolvimento de produtos inovadores poderá proporcionar capacidades acrescidas e inexistentes noutros países.

Contudo, a importação desses recursos humanos também se torna difícil, muitas vezes por estarem integrados em projectos de grandes dimensões, aliciados com condições pessoais ou trabalho superiores àquelas que lhe poderão ser oferecidas por um pequeno país. As grandes potências fazem-no com frequência, aos pequenos países restará eleger as já citadas áreas especializadas para atrair investimento tecnológico e por arrastamento, mais “inteligência” internacional.

Julgamos que o software, por exemplo, constitui uma boa área a explorar, pois é fruto essencialmente de inteligência humana que não necessita de grande investimento infra-estrutural. Portugal poderá apostar nesta área, através principalmente das universidades ou empresas a elas associadas, numa tentativa de conseguir uma tecnologia que possa ser jogada junto de uma grande potência. Pinto Ramalho (2003) confirma esta opinião, apontando empresas de referência, com grande sucesso nacional e internacional, que provam a nossa capacidade imaginativa e inventiva ao desenvolverem projectos credíveis e rentáveis<sup>62</sup>, tais como, por exemplo a “Edisoft”, responsável pelo software de comando e controlo das fragatas portuguesas. Também o Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) poderá ser referido como uma área de especialização que poderemos seguir, com vista a obter a tal capacidade necessária a uma grande potência.

---

<sup>62</sup> São o caso da Via Verde, Cartão Multibanco e de software para comunicações que é desenvolvido em Portugal com aplicação em Multinacionais estrangeiras.

## CAPITULO VI - OUTROS FACTORES DO PODER FUNCIONAL

A realidade actual do Sistema Político Internacional aponta para a existência de mais alguns factores com possibilidade de disponibilizar “Poder Funcional” ao estado português. Mas antes abordaremos o aspecto da Globalização e das Interdependências entre actores.

### VI.1 Interdependência e Globalização

Juntando a enorme expansão e aceleração dos fenómenos económicos, tecnológicos e científicos que se desenrolam ao nível planetário com a instantaneidade das comunicações e da informação em tempo real, o mundo entrou numa nova época conhecida por Globalização<sup>63</sup>. Caracteriza-se fundamentalmente por uma grande mobilidade dos factores do poder, aumento dos fluxos fronteiriços, pela desregulamentação dos mercados internacionais, das estruturas dos estados e pela entrada em cena de inúmeros actores secundários.

Tendo iniciado verdadeiramente na época dos descobrimentos, o fenómeno foi evoluindo para se chegar a uma pátria verdadeiramente “planetária”. Esta globalização foi gerando interdependências entre os estados e outros actores, em grande parte porque as suas economias ficaram dependentes de multinacionais poderosas, podendo afirmar que interdependência afinal não é mais do que uma “dependência mútua” de algo ou de actores do mesmo sistema (Nye, 2002, p.225). Esta concepção tem semelhança com a de Ana Castanheira, quando refere que a interdependência funciona como um “mutualismo” de estados (2002, p.254). Consequentemente a soberania dos países – em especial dos pequenos – é posta em causa, apesar de existirem também interesses nesta interdependência que não deve, contudo, ser confundida com cooperação (Boniface, 2000, p.42).

A maior diferença existente no SPI não se encontra na crescente interdependência dos estados, mas no aumento das suas crescentes desigualdades” refere Ana Castanheira (2002, p.255), porque as desigualdades manifestadas no poder efectivo dos estados, criam maiores divisões entre os países “obrigando” os de menores recursos a ficar mais dependentes dos estados ricos. Esta interdependência torna-se facciosa e poderá criar paralisia dos estados que não fizerem uma gestão criteriosa das suas dependências, garantindo suficiente liberdade de acção para seguir as suas políticas como bem lhe aprouver. “Ser menos dependente pode constituir [também] uma fonte de poder” (Nye, 2002, p.231).

---

<sup>63</sup> Numa definição mais objectiva, a Globalização será o conjunto de processos que vão desde a concepção, produção, distribuição e consumo de bens serviços ou produtos, que numa crescente interacção de actores à escala mundial, utilizam instrumentos de controlo organizados numa base interactiva universal (Castanheira, 2002, p.254).

A interdependência mistura completamente questões nacionais e internacionais, dando origem a coligações mais complexas: com o desenvolvimento de todos os cenários interactivos e tecnológicos surgiram outros novos actores para além dos governos dos estados que, por serem mais desburocratizados e mais rápidos nas mudanças em curso, iniciaram um processo de antecipação às reacções governativas conseguindo políticas de contenção e de obtenção de meios de modo a lhes fazer frente. Surgiram as multinacionais a operar globalmente, sem muitas vezes se conseguir determinar com exactidão as suas sedes operacionais. O mundo apresenta-se hoje unificado economicamente, interactivo, evoluindo irreversivelmente numa integração de todos os sectores (Castanheira, 2002, p.255-258).

Para manter a identidade nacional, é necessário promover sistematicamente a “cultura nacional”<sup>64</sup>, através de uma aposta na educação para a cidadania para que os valores patrióticos não se percam. O combate aos efeitos perversos desta interdependência passa também pela maior consciencialização dos cidadãos para estes aspectos, devendo por isso serem melhor informados, nomeadamente no que respeita aos objectivos nacionais, para que consigam resistir a investidas económicas internacionais menos favoráveis.

O facto de Portugal estar localizado centralmente na geopolítica da globalização, a meio caminho entre o Continente Americano e Europeu, tende a facilitar o acesso às novas tecnologias permitindo que o fenómeno da globalização se desenvolva mais intensamente. Em conclusão, o mundo de relações globais em que parte da sociedade mundial se encontra<sup>65</sup> está ainda em fase evolutiva, perspectivando-se que gradualmente mais países venham a enredar-se nas malhas da globalização.

## **VI.2 Soberania de Serviço**

### **VI.2.1 As novas fronteiras**

Fruto do mundialismo<sup>66</sup> visível nas relações internacionais, a noção de soberania do estado tem vindo a sofrer alteração.

A multiplicação das dependências mundiais produziu efeitos semelhantes em todas as áreas, sejam elas militares, da ciência e tecnologia, economia, cultura ou mesmo nos padrões da sociedade civil. É este o motivo porque, na opinião de Adriano Moreira, o estado soberano está em crise, variando de intensidade conforme a escala na hierarquia das potências (Grande, Média ou Pequena). Na prática, diminuiu a capacidade do Estado realizar os seus objectivos,

<sup>64</sup> Já referida no capítulo 3.

<sup>65</sup> Nem todos os estados têm o mesmo acesso à tecnologia ou aos mercados mundiais. Subsiste uma grande clivagem entre países economicamente fortes, e países abaixo do limiar da pobreza. A Globalização permanece um mito sendo um fenómeno gerador de profundas assimetrias sociais (Boniface, 2000, p.43)

<sup>66</sup> Outros autores também utilizam o termo Globalização (Boniface, 2000, p.42)

não conseguindo controlar todos os factores de que necessita para justificar a sua razão de ser. Segundo o mesmo autor, todo este fenómeno origina uma tendência para a globalização, “organizando a estrutura geral em grandes espaços intermédios formais e não formais” (1997, p.18). A soberania deixa de ser um poder e passará para um conjunto de capacidades, que serão exercidas em circunstâncias diversas consoante as características próprias de cada estado. A consequência mais visível foi o aparecimento do conceito de *fronteira política*<sup>67</sup>, em função dos interesses e capacidades individuais dos estados e que ocupam os grandes espaços com limites diferentes. O facto mais relevante desta nova noção de fronteira foi a adesão às Comunidades Europeias, em 1985, tendo como efeito imediato o ganho de uma nova fronteira económica, reforçado posteriormente pela moeda única. As fronteiras físicas “perderam” importância pela livre circulação de pessoas e bens. Com a CPLP definiram-se novas fronteiras culturais para Portugal. Desde a origem da OTAN que as fronteiras de segurança não são as mesmas das geográficas dos estados aliados.

Saído deste novo conceito de fronteira, surge a percepção cada vez mais evidente de que as fronteiras de segurança não são as históricas e que os valores em causa são outros. Portugal situa-se numa posição central entre a UE e a OTAN, cada vez mais comprometidos numa segurança única, parecendo ser dado assente que não há defesa credível na Europa sem a participação dos EUA. Mesmo que as preocupações de segurança se voltem para o Norte de África ou para o Atlântico Sul, Portugal continua a situar-se numa posição central, a que Adriano Moreira apelidou de “fronteira e articulação” e não apenas periférico. Na sua opinião, esta transformação da sociedade internacional em comunidade mundial tenderá a alterar o conceito de soberania como poder supremo do estado para soberania de serviço numa comunidade transfronteiriça e global (1997, p.19).

A problemática da segurança e defesa continua a preocupar os principais líderes europeus, permanecendo a dúvida em saber que tipo de relação deverá existir entre os dois continentes: a opção exclusivamente Europeia numa perspectiva de defesa, faz desaparecer grande parte do poder funcional Português (Santos, 2003).

Uma outra preocupação refere-se às chamadas “cooperações reforçadas” previstas dentro da EU, situação motivada pelos diferentes graus de desenvolvimento demonstrados pelos países membros e que criarão cooperações “parcelares”. Esta situação poderá ser nociva à problemática da segurança e defesa por tender a fomentar divisões que serão certamente adversas ao bom entendimento entre os países membros. Ao nosso país é essencial que o vínculo transatlântico se mantenha numa Europa unida, para que o seu poder funcional

---

<sup>67</sup> Hoje é comum falar-se de fronteira cultural, política, económica, geográfica, entre outras. A Globalização veio assim criar espaços diferentes consoante a diferentes áreas a tratar.

continue a existir. Uma quebra neste vínculo poderia originar conflitos futuros, nos quais Portugal sairia amplamente prejudicado pela sua posição central entre os dois oponentes. Esta ligação com o continente Norte-Americano será capaz de contribuir também para uma Europa Unida e em paz, resultando numa manutenção da estabilidade na área euro atlântica, que já deu frutos pelo período de paz mais longo da história de Portugal (Santos, 2003).

Pinto Ramalho por outro lado, é da opinião que o “serviço” a prestar à comunidade internacional “só deverá ser efectuado onde houver interesses a defender” (2003). O Espaço Estratégico de Interesse Nacional (EEIN) deverá, na sua opinião, orientar e limitar o empenhamento Português em face dos recursos limitados que possui, que deverão ter uma utilização maximizada em função dos objectivos nacionais. É o caso da UE onde devemos ter um papel activo, na CPLP como país motor, investir na OTAN como organização de defesa fundamental a que Loureiro dos Santos também faz referência como “a única que verdadeiramente nos interessa” (2003).

## VI .2.2 Forças Nacionais Destacadas

Desde 1995 que Portugal mantém uma política de emprego de meios militares na comunidade internacional, constituindo-se na actualidade como uma das maiores formas de gerar poder. O acesso a lugares nos centros de decisão Europeus, da OTAN ou da ONU encontra-se mais facilitado em grande parte pelo esforço reconhecido no apoio à resolução dos assuntos da Comunidade Internacional. Com efeito, para uma Pequena Potência como Portugal, com limitações a nível das Forças Armadas e em particular do Exército, ter a capacidade de participar com um elevado efectivo em missões de cariz internacional tem constituído um factor de grande prestígio internacional. Cooperamos com a comunidade internacional<sup>68</sup> para que a comunidade nos auxilie quando for necessário.

Uma outra questão se poderá levantar no respeitante ao emprego de forças, ou seja, a interrogação de qual será o efectivo mínimo necessário a partir do qual o poder funcional obtido deixa de “compensar”.

A resposta a esta questão leva-nos a uma análise de cariz mais operacional. Não

---

<sup>68</sup> Segundo Loureiro dos Santos (2003), as forças terrestres são um elemento escasso para utilizar em missões de apoio à paz, sendo o produto do emprego desses meios muito superior relativamente ao de outros. Uma Companhia de Atiradores, por exemplo, dá mais visibilidade, que o emprego de um submarino ou mesmo um avião, sendo simultaneamente muito mais barato. A experiência obtida pelas Unidades Portuguesas nas operações mais diversas tem sido muito elogiada internacionalmente o que, sendo factor de grande prestígio, facilita naturalmente a aceitação do seu emprego por parte da comunidade internacional. O conhecimento especializado de um determinado teatro (ou parte dele) também poderá ser elemento decisivo para a escolha de Portugal, como é o caso dos teatros em antigas colónias portuguesas. Pinto Ramalho (2003) também é desta opinião, afirmando que qualquer empenhamento deve ter suficiente visibilidade, sendo preferível, em termos estratégico, menos empenhamentos mas com mais visibilidade rentabilizando ao máximo o esforço financeiro efectuado.

possuindo Portugal potencial suficiente para assumir responsabilidades de “nível operacional”<sup>69</sup> (uma pequena potência terá, à partida, dificuldade nessa opção), o escalão Brigada seria o mais adequado tendo em conta um melhor acesso aos centros de decisão da força em teatro. Sendo naturalmente difícil de suportar financeiramente esse empenhamento, parece ajustado o emprego do escalão abaixo (Batalhão), que ainda possui capacidade de planeamento e de C2 (comando e controlo) permitindo a necessária visibilidade, também junto da comunidade local. Pinto Ramalho confirma esta ideia, afirmando que “o empenhamento das Forças Armadas só terá significado se tiver comando” (2003), podendo, por exemplo, ter um comando de brigada e receber outros batalhões ou aplicar apenas uma unidade deste escalão. Seja qual for a opção, devemos-nos afirmar internacionalmente, tal como a Bélgica, Dinamarca ou Holanda o faz. “O nosso empenhamento deverá estar sempre de acordo com o nível de ambição a que o país se propuser, o que inclui a selecção do espaço onde nos queremos inserir e onde queremos actuar” (Ramalho, 2003).

Assumindo o pressuposto que quanto mais “serviços” maior visibilidade e por conseguinte maior poder funcional gerado, o emprego de forças deverá efectuar-se no máximo de TO possível. Julga-se que actualmente e em face do Sistema de Forças Nacional (SFN), o número máximo serão três de nível Batalhão (em três TO diferentes) ou apenas um de nível brigada (em apenas um TO). Este empenhamento contempla uma necessária rotatividade entre as forças<sup>70</sup>, razão pela qual nos referimos apenas ao máximo de três.

De qualquer forma, o empenhamento português embora reduzido quando comparado com outros países<sup>71</sup> tem sido bem suportado, apresentando um excelente nível de execução. Importante referir que este empenhamento não tem comprometido as outras missões no Território Nacional de serviço público ou de Cooperação Técnico Militar (CTM).

### VI.3 Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

A cultura portuguesa encontra-se actualmente espalhada pelos quatro continentes, abrangendo um universo de população demasiado vasto para desperdiçar esse meio privilegiado de cooperação e diálogo. Essa cooperação efectua-se fundamentalmente em três pilares: político, económico e cultural (Oliveira, 1999, p. 38).

O plano económico não esteve na génese da criação da comunidade, contudo pode constituir uma vantagem considerável pela concertação que proporciona, incentivando múltiplas formas de associação empresarial. Os países encontram-se em diversos espaços

<sup>69</sup> As operações de forças conjuntas e combinadas são dirigidas, planeadas e conduzidas a três níveis distintos: Estratégico-militar ( direcção), operacional e tático (conduta) (IAEM b, 2000, p. 8).

<sup>70</sup> Um em preparação, outro empregue no TO e o outro em reserva após ter sido empregue.

<sup>71</sup> Em relação ao quantitativo total das FA portuguesas.

económicos regionais<sup>72</sup>, proporcionando experiências diversas que uma vez partilhadas propiciam novos campos para as empresas investirem e cooperarem.

No espaço político-diplomático, a concertação conseguida pelo diálogo facilitado<sup>73</sup> resulta numa melhor articulação das posições comuns ou complementares sobre aspectos relevantes da agenda internacional, relativamente aos quais se mostre útil aos estados exprimirem-se a uma só voz (Duarte, 1999, p. 110-111).

Finalmente o pilar cultural assume-se como a estrutura principal da comunidade, baseado na Língua e na História comum.

### **VI.3.1 O espaço Lusófono**

Para definir o espaço em que se fala Português, temos de percorrer oito países que se estendem numa superfície superior a dez milhões de quilómetros quadrados, privando com as mais variadas populações. Nesses países que falam a língua de Camões, são hoje mais de duzentos milhões de pessoas. Dos 2796 idiomas distintos falados em todo o mundo, o português é a sétima, sendo a terceira no Ocidente. Se utilizarmos o critério de países em que a língua é falada e escrita, ocupa o quinto lugar: dois países como língua materna, e mais seis como língua oficial, em quatro continentes. Com a língua chega também uma identidade cultural lusa, criando civilizações variadas e individualizadas mas com traços comuns e naturais afinidades (Alves, 1995, p.79-80). Este número elevado de habitantes com a mesma língua oficial constitui um enorme potencial, pelo que não conceber em termos de estratégia este multiplicador de força linguística, seria menosprezar um importante instrumento que os estados têm ao seu dispor (Duarte, 1999, p. 108).

### **VI.3.2 O aparecimento da CPLP**

O período conturbado da década de 70 pôs fim a treze anos de guerra colonial iniciada em 1963 nos teatros de operações de África. A resolução da ONU<sup>74</sup> que acabava com o colonialismo foi ignorada por Portugal, tendo dado origem a movimentos independentistas fortemente combatidos por mais de uma geração de militares portugueses, abrindo inevitáveis feridas e desconfianças entre os povos. Esta situação originou demoras no processo de cooperação entre ambas as partes tendo, por isso, sido difícil encontrar um novo modelo de convívio entre os povos. A mudança dos tempos permitiu que paulatinamente fossem criadas as condições necessárias a uma reaproximação, tendo sido outorgados acordos de cooperação

<sup>72</sup> UE, CEDEAO, MERCOSUL e SADC.

<sup>73</sup> O caso recente do golpe de estado ocorrido em S. Tomé e Príncipe, revelou de forma extremamente positiva como esse diálogo pode dar resultados favoráveis à estabilidade do próprio estado. A resolução “interna” dos problemas sem necessidade de lançar mão de outras intervenções “externas” à comunidade, garantiu um reforço internacional na credibilidade da CPLP tendo sido um bom teste à sua capacidade de intervenção

<sup>74</sup> Resolução Nº 1514 de 14 de Dezembro de 1960.

em todos os domínios da vida dos novos estados fazendo deslocar para aqueles territórios centenas de cooperantes portugueses com aplicação em diversos sectores.

O Brasil era de todos os estados lusófonos, o que reunia as melhores condições para liderar o desencadeamento da formação da CPLP. As razões apontadas por Fontoura referem a existência de um passado de ex-colónia portuguesa, por possuir uma forte componente africana na cultura do seu povo e manter também um posicionamento político distante de Portugal nos “fora” internacionais, com grandes interesses no Atlântico Sul. Por ocasião da Conferência de Chefes de Estado e de Governo em 16 e 17 de Julho de 1996 é finalmente criada a CPLP, sendo o mais recente Timor Lorosae<sup>75</sup>, com o objectivo de se constituir num espaço de cooperação baseado na língua comum de Camões e num conhecimento onde se procuram elementos de convergência histórica que reforcem a coesão entre os estados (2002, p.181-182).

### **VI.3.3 Lusofonia: um factor de poder?**

Os objectivos basilares da CPLP passam pela promoção da língua portuguesa como património comum dos países, fomentando a sua divulgação como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico, encorajar a cooperação, pesquisa e intercâmbio de especialistas (Alves, 1995, p.81).

A língua oficial assume uma dupla importância no sentido em que serve em cada estado como factor de consolidação de uma instabilidade interna e é uma força de agregação num espaço bastante desfragmentado, como podemos verificar na distribuição geográfica (em Apêndice F) dos países da CPLP (Torres et al, 2001).

Se olharmos numa perspectiva geográfica para a CPLP, constatamos que se encontra grande parte inserida no Atlântico Sul, constituindo um autêntico “lago lusófono” por onde passam as principais rotas de comércio marítimo com origem no Índico e mercados do Médio Oriente e Austrália. Mais de 50 por cento da importação Europeia e 25 por cento da Norte Americana de petróleo continua a fazer-se pela rota do Cabo, apesar da existência do Canal do Suez. Por outro lado o comércio dos países costeiros é bastante grande, com produtos como petróleo, ouro e diamantes necessários à Europa e EUA. O Atlântico Sul torna-se um importante “oceano de caminhos marítimos imprescindíveis ao equilíbrio geoestratégico mundial” (Fontoura, 2002, p.190) porque liga vários continentes e oceanos. A CPLP veio facilitar também a criação de *interfaces* entre os vários mercados regionais, trazendo vantagens significativas nas relações comerciais.

---

<sup>75</sup> Timor Lorosae foi tornado independente em 20 de Maio 2002 após período de intensa pressão diplomática portuguesa, que viu desta forma fechar um capítulo na colonização daquela ex-colónia asiática.

A intenção de criar um espaço de livre circulação de pessoas e bens dentro da CPLP, criando um estatuto de “Cidadão da Comunidade de Países de Língua Portuguesa”<sup>76</sup>, será fundamental para o aprofundamento e consolidação desta comunidade. Portugal já contemplou na última revisão da sua Constituição os direitos dos cidadãos lusófonos residentes em Portugal, desbravando caminho para que o projecto, denominado “Convenção Quadro Relativa ao estatuto do Cidadão Lusófono”<sup>77</sup> passe rapidamente a ser uma realidade.

Em resumo, o efectivo contributo desta comunidade para o poder funcional resulta fundamentalmente duma capacidade de actuação como interlocutor; das vantagens económicas que proporciona, da concertação política entre os seus membros. Futuramente aumentará com o factor militar conjunto.

A actuação como interlocutor resulta do conhecimento e diálogo privilegiado que Portugal mantém com os restantes países. A este propósito, Durão Barroso refere: “quando os 15 se juntam à mesa para discutir as grandes questões internacionais, a opinião de Portugal não é especialmente escutada sobre o Afeganistão (...) mas é escutada com atenção e respeito quando se trata dos PALOP” (1999, p. 50). Pinto Ramalho também é desta opinião, ou seja, quando se trata de qualquer assunto referente a África, Portugal aparece internacionalmente como nação especialista, dando-nos um carácter de indispensabilidade e elevado poder funcional pela actuação de interlocutor (2003).

No plano económico, as oportunidades empresariais decorrentes de um maior diálogo, trazem vantagens pela entrada facilitada do tecido empresarial em mercados regionais, num “triângulo económico” entre UE, MERCOSUL e CEDEAO.

A concertação política traduz-se em capacidade de influência nos fora internacionais. Portugal valerá mais quando se apresentar com a “cumplicidade” dos países de língua portuguesa, situação que é comum a todos os restantes membros da CPLP. Desta forma, este poder tenderá a crescer na medida em que os estados ampliem a cooperação cultural ao entendimento político internacional.

No que respeita ao factor militar, Gonçalves Ribeiro é de opinião de que alguns objectivos<sup>78</sup> da Declaração Constitutiva que poderão ser melhor conseguidos pela

<sup>76</sup> Inicialmente com a designação de “Cidadão Lusófono”, viu alterada a sua designação na IV Reunião do Grupo Trabalho Sobre a Cidadania e Circulação de Pessoas no Espaço da CPLP, aprovado por todos os estados membros (Amaral, 2002, p.1).

<sup>77</sup> O n.º 4 do artigo 7.º da Constituição, em matéria de relações internacionais do Estado português, diz: “Portugal mantém laços privilegiados de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa”. Essa opção é reafirmada, no que diz respeito às incumbências constitucionais do Estado em matéria cultural, no artigo 78.º, n.º 2, d): “Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais, desenvolver as relações culturais com todos os povos, especialmente os de língua portuguesa e assegurar a defesa e a promoção da cultura portuguesa no estrangeiro” (Amaral, 2002, p.2).

<sup>78</sup> São objectivos referidos pelo autor “Encarecer a progressiva afirmação internacional do conjunto dos países de língua portuguesa (...)” e também “Alargar a cooperação entre os seus países na área de concertação politico-diplomática, particularmente no âmbito das organizações internacionais (...)” (Ribeiro, 1999, p. 92).

participação efectiva dos Países da CPLP em operações de paz, no quadro da ONU ou de organizações regionais. A esta nova fase de cooperação bilateral aderiram todos os países à excepção do Brasil que acompanha como observador (1999, p. 92). A iniciativa foi totalmente portuguesa e tem como objectivo conferir maior visibilidade e reconhecimento da própria comunidade. A disponibilização de uma força conjunta<sup>79</sup> dos oito países para serviço da ONU seria também opinião de Pinto Ramalho (2003), uma excepcional forma de afirmação.

#### VI.4 O Poder de Legitimação

Das muitas alterações que desde o final do século passado<sup>80</sup> se têm verificado, a internacionalização dos conflitos tem sido uma das mais preocupantes<sup>81</sup>. A par disso, a comunidade internacional está mais informada e activa em face dos acontecimentos mundiais e por conseguinte mais influenciadora e orientadora das decisões dos seus próprios governos.

Após a queda do muro de Berlim e a consequente desfragmentação do Bloco Soviético, assistimos ao eclodir de conflitos regionais de grande intensidade. Este facto obrigou a comunidade internacional a intervir, devidamente sancionado pela ONU.

Apesar dos EUA possuírem unilateralmente capacidade de intervenção em qualquer parte do globo, a legitimidade surge como factor limitativo da sua liberdade de acção. Essa legitimidade garantida em sede da ONU conforme direito internacional, esbarra nos interesses individuais de alguns países que não têm qualquer problema em votar contra as decisões que impedem a concretização dos seus interesses estratégicos. Fruto de uma informação mais generalizada, a comunidade internacional tem dificuldade em aceitar que um problema que diz respeito a todos seja resolvido unilateralmente. Esta nova realidade dá aos países pequenos a possibilidade de auxiliar a “legalizar” uma determinada acção pelo simples facto de juntar o seu apoio, à potência que dele necessite, por falta de consenso na ONU. O simples facto de junto da comunidade internacional, um Pequeno Estado garantir o seu apoio (político ou militar) junto de uma Super Potência, constituir-se-á no futuro num poder funcional que não poderá deixar de ser tido em conta. Pinto Ramalho (2003) e Loureiro dos Santos (2003) são unânimes em afirmar que para isso Portugal terá que actuar sozinho e não a “coberto” duma União Europeia, porque a sua “voz” se diluirá no conjunto de mais de duas dezenas de países. Este Poder de Legitimação existirá se Portugal conseguir manter a sua voz independente, mesmo contra a de países com que mantém relações privilegiadas.

<sup>79</sup> Veja-se, por exemplo, no caso de Timor, se existisse uma força única da CPLP em vez de cada país participar individualmente. Daria maior credibilidade e mais poder à comunidade e aos seus membros, se tal fosse já uma realidade (Ramalho, 2003).

<sup>80</sup> Mais concretamente desde o final da Guerra Fria.

<sup>81</sup> Onde se inclui o terrorismo transnacional e internacional.

---

**CONCLUSÕES/ PROPOSTAS**

Com este capítulo sintetizaremos as respostas às questões derivadas, dando solução à questão central inicialmente levantada.

**1ª Questão: Qual a importância Geoestratégica dos Arquipélagos dos Açores e Madeira na actual conjuntura e qual o Poder Funcional que deles advém?**

Portugal é considerado, na hierarquia das potências, como uma pequena potência. A sua posição geográfica continua a ser o factor de poder funcional mais visível, mais forte e mais estável, demonstrado pela necessidade de utilização dos Arquipélagos pelos EUA e pela OTAN. No dizer de Adriano Moreira, “o poder internacional português é exclusivamente funcional; o seu ponto crítico (...) está nos arquipélagos do Atlântico” (Moreira, , p.23).

No entanto o Poder Funcional originado pela posse dos arquipélagos, só resultará se Portugal tiver interesse nessa situação. Caso contrário o que seria poder funcional passará a uma “servidão estratégica”, limitará a nossa liberdade de acção política, podendo chegar a uma utilização “forçada” por parte duma grande potência.

Num cenário hipotético de conflito entre a Europa e o Continente Americano o Poder Funcional desaparecerá, uma vez que Portugal se situaria numa posição central. Nem o recurso à neutralidade seria possível, porque com já vimos, “não é neutral quem quer, mas sim quem pode” e Portugal não teria, como pequena potência, capacidade para a manter.

Actualmente as perspectivas para Portugal são da continuação da posse de poder funcional, pela importância desse espaço estratégico para os EUA (e à OTAN), numa posição de “fronteira” entre a Europa e aquele continente Norte-americano e de “charneira” entre a Europa, o Continente Americano, parte ocidental do Continente Africano, América Latina e o Magreb.

A vasta ZEE é parte significativa do EEIN pelo que deverá ser objecto de continua fiscalização e controlo. Um vazio de poder nesta área intensamente utilizada seria desastroso para Portugal levando à tentação de outros estados virem a “ocupar” esse espaço. Se mantivermos a nossa soberania nessa vasta área, manteremos o poder funcional por ela disponibilizado.

**2ª Questão: Quais os recursos que Portugal dispõe actualmente que dão poder funcional ao Estado Português?**

Os recursos que actualmente se constituem em Poder Funcional são os recursos humanos e as informações estratégicas, obtidas principalmente do continente Africano, a que Portugal se encontra ligado culturalmente.

No que respeita aos recursos humanos, Portugal deverá investir na sua educação e formação, unindo a nação em torno de objectivos comuns, contrariando os factores que favorecem a desagregação, mais facilitada por um mundo de relações globais.

Em relação às informações estratégicas, as que são disponibilizadas por *Humint* continuarão a ter importância para as grandes potências. A nossa ligação a África garante esse tipo de informações, sendo as Forças Armadas actualmente o principal agente deste processo.

Quanto à falta de outros tipos de recursos, entendemos que deverão existir algumas acções importantes a desenvolver no sentido de suprir algumas deficiências mais significativas.

Para a energia, perspectiva-se um aumento na utilização das chamadas energias alternativas, atendendo às características propícias do território nacional para o seu desenvolvimento. Contudo, na opinião de alguns autores, a solução mais eficaz terá que passar pelo recurso à energia nuclear, tendo em vista não só o aumento da competitividade pelo seu baixo custo, mas também a redução da dependência externa de países terceiros, relegando as outras energias para segundo plano.

### **3ª Questão: Portugal tem o apoio de alguma Grande Potência? E qual é o papel das alianças neste contexto?**

A procura de alianças favoráveis, foi desde sempre a forma mais fácil e eficaz de enfrentar actores supostamente mais fortes, procurando uma relação de forças ajustada à situação. Portugal têm actualmente o apoio da potência marítima, os EUA, tendo por isso Poder funcional com este factor. Deverá também manter a actual aliança no âmbito da OTAN, ou participar em outras que se assumam como convenientes para alcançar os objectivos nacionais.

Outro aspecto importante relaciona-se com as contrapartidas exigidas em qualquer aliança. Julga-se que Portugal verá o seu poder ainda mais reforçado (ou pelo menos não diminuído) se cumprir na íntegra as obrigações assumidas, o que lhe confere credibilidade acrescida.

### **4ª Questão. De que forma a capacidade tecnológica actual portuguesa se pode constituir como poder funcional?**

A tecnologia sempre desempenhou um papel fundamental no poder dos estados, como aconteceu a Portugal na época dos Descobrimentos. Um estado tecnologicamente avançado, terá maior capacidade inovadora em todos os domínios, nomeadamente no militar.

Portugal não detém nenhuma tecnologia actualmente necessária a uma grande potência, nem se perspectiva que consiga facilmente inverter esta situação. Consequentemente não possui qualquer poder funcional com o factor tecnológico.

Deverá no entanto continuar a investir nos seus recursos humanos, em I&D, utilizando para isso as universidades nacionais ou outros organismos como forma de reter a capacidade inovadora dos inúmeros cientistas portugueses que levam o recurso inteligência para fora do país.

A especialização num nicho de mercado tecnológico seria uma forma eficaz de adquirir poder funcional, cabendo ao governo criar as condições para que isso se realize, nomeadamente em aspectos como o software que é produto fundamentalmente de inteligência e criatividade. A empresa “Edisoft” é um exemplo de sucesso deste nicho tecnológico a criar.

Existem algumas áreas novas que poderão ser exploradas numa tentativa de ganhar alguma vantagem estratégica, como por exemplo imunidade, vírus, ciberespaço, ou a especialização em determinadas áreas como a saúde, ciberterrorismo, imunologia, entre outros.

Actualmente o IGeoE é também um bom exemplo de nicho tecnológico importante que poderá ser explorado, possuindo grande impacto e projecção internacional.

### **5ª Questão: Existe mais algum factor que actualmente se constitua em poder funcional e para o qual as Forças Armadas possam contribuir?**

Concluimos pela existência de mais alguns elementos para dar poder ao Pequeno Estado: o “Poder de Legitimação”, “Soberania de Serviços” fundamentalmente gerado pelas Forças Armadas, uma boa “Gestão das Dependências” e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

A actuação de Portugal como uma “Soberania de Serviço” tornou-se numa forma de contributo efectivo para a resolução dos problemas da comunidade internacional, ganhando o estado credibilidade e capacidade negocial para, quando necessário, ser auxiliado pelos estados que agora contam com a sua ajuda. As Forças Armadas, através do seu Exército, são actualmente o elemento com maior capacidade para gerar poder funcional, pela sua actuação nos teatros estratégicos no âmbito da OTAN e ONU. Este “serviço” à comunidade deverá ser efectuado apenas no espaço estratégico que mais convier a Portugal em cada momento de forma a rentabilizar os parques recursos existentes.

A dependência mútua (ou interdependência) entre os diversos actores cria uma “internacionalização de necessidades ” com consequentes trocas de recursos vitais, gerida com base nos interesses nacionais. Uma adequada Gestão das Dependências tornará um

Pequeno Estado menos vulnerável no acesso aos produtos ou matérias-primas de que necessita, garantindo liberdade de acção suficiente para manter os seus objectivos no contexto internacional. A tendência para os pequenos países será de acentuar as dependências de países terceiros, fruto da globalização dos mercados internacionais cada vez mais na mão de multinacionais poderosas. Estas potências terão de procurar gerir essas dependências da seguinte forma:

- Diminuição de importações energéticas através de produção própria;
- Diversificar fontes de abastecimentos de recursos vitais;
- Não desperdiçar os poucos recursos existentes efectuando uma boa política de rentabilização;
- Especialização em nichos tecnológicos ou outros para aumentar capacidade negocial na obtenção dos recursos necessários;
- Acordos comerciais rigorosos tendo em vista o interesse nacional presente e futuro.

O Poder de Legitimação surge da necessidade de “confirmar” ou “ampliar” a legitimidade de uma grande potência no âmbito das Nações Unidas, face a uma acção internacional que pretenda levar a efeito. Para Portugal, esse Poder de Legitimação só existirá se mantiver capacidade de decisão autónoma, isto é, em pé de igualdade com outros estados mais poderosos e sem depender das suas decisões.

A Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa é um importante espaço de afirmação da cultura Lusófona no mundo. O poder funcional advém fundamentalmente:

- Pela concertação política dos seus membros (poder do numero), visível nos “fora” internacionais;
- Pela actuação de Portugal como interlocutor privilegiado entre uma grande potência e os PALOP. Portugal é um intermediário “por excelência” entre as grandes potências e aqueles países, constituindo-se mesmo como “Nação especialista” em assuntos Africanos;
- O diálogo mais facilitado proporciona melhores relações comerciais e inserção mais fácil das empresas portuguesas em novos mercados regionais e vice versa, traduzindo-se tal em maior poder económico;
- Pela componente militar dos membros da CPLP, onde uma força disponibilizada para a ONU oriunda desta Comunidade, seria uma forma de reafirmação internacional. Esta iniciativa traria a Portugal grande visibilidade e credibilidade, não só por ter sido o motor desta iniciativa, como também pela situação já referida de constituir como um interlocutor por excelência.

**Propostas para outros trabalhos:**

Após a realização deste trabalho, ficou a noção que muitos assuntos foram insuficientemente aprofundados, pela dificuldade de levantamento e análise de todos os factores que proporcionam poder funcional ao estado português. Muitas questões necessitam por isso de estudos parcelares, difíceis de realizar no seu âmbito, não só pelos factores limitativos de tempo da sua realização, como pelo próprio conhecimento dos assuntos que surge à medida da sua elaboração.

Julgamos por isso que seria interessante abordar mais os seguintes aspectos, com vista à determinação de capacidades conjunturais ou estruturais que possam ser garante de poder nacional.

1. Desde logo a questão dos recursos humanos, nomeadamente do impacto que terão na sociedade o fluxo migratório e de como se poderão aproveitar esse recursos. Poderão ser aplicados nas FA? E quais as alterações a nível educacional a introduzir?
2. Por outro lado, a questão do tratamento da informação vinda dos PALOP, recurso que como vimos é bastante importante tendo em conta a situação intermediária de Portugal face àquele continente.
3. O poder de legitimidade será no futuro usado muitas vezes? A que país (ou países) Portugal deverá ajudar nessa legitimidade?
4. Qual o papel da CPLP para a segurança do Atlântico Sul? Quais as perspectivas de emprego das Forças Armadas Portuguesas?
5. Que nicho (s) tecnológico (s) Portugal poderá criar tendo em vista o reforço do poder funcional, tendo em conta as novas tecnologias?

## BIBLIOGRAFIA

### Livros/Revistas/Artigos

- ALBUQUERQUE, Luís (1985) – **Os Descobrimentos Portugueses**. Lisboa: Publicações Alfa, 1985.
- ALMEIDA, Políbio (1990) – **Do poder do Pequeno Estado**. Lisboa: Instituto das Relações Internacionais, 1990.
- ALVES, Castro (1995) – A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **Nação e Defesa**. Lisboa : Instituto da Defesa Nacional. Nº 74 (1995).
- BARROSO, Durão (1999) - Cooperação e Segurança. Contributos para o aprofundamento da CPLP. **A Comunidade dos países de Língua Oficial Portuguesa**. Instituto de Altos Estudos Militares. Sintra : Edições Atena, Lda. 1ª Ed., ISBN 9728435258 (1999) 45-57.
- BESSA, Carlos (1992) – **A Libertação de Timor na II Guerra Mundial - Implicação dos Açores para os interesses dos Estados Unidos**. Lisboa: Academia Portuguesa de História, Edição Especial, 1992.
- BONIFACE, Pascal (1996) – **Dicionário das Relações Internacionais**. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 1996.
- BONIFACE, Pascal (2000) – **Atlas das Relações Internacionais**. Lisboa : Plátano Edições Técnicas, 2000.
- BOULDING, John (1989) - **Three faces of power**. London: Sage Publications Lda., 1989.
- CARVALHO, Virgílio (1987) – **Cumprir Agora Portugal**. Lisboa: Difel, 1987.
- CARVALHO, Virgílio (1993)– Geopolítico e Geoeconomia de Portugal – os casos dos Açores, dos rios e do gás natural. **Nação e Defesa**. Lisboa : Instituto da Defesa Nacional. Nº 67 (1993).
- CARVALHO, Virgílio (1995) – **A Importância do Mar para Portugal passado, presente e futuro**. Venda Nova: Instituto da Defesa Nacional, Bertrand Editora, 1995.

- CARVALHO, Virgílio (1986) – Possibilidades e Limitações das Pequenas Potências. **Nação e Defesa**. Lisboa : Instituto de Defesa Nacional. Nº 37 (1986).
- CARVALHO, Virgílio (1999) – **Elementos de Cultura, Histórica, Política, Estratégica e Militar**. Entroncamento: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999.
- CASTANHEIRA, Ana (2002) – A Globalização e o Poder. **Estratégia**. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Vol XIII (2002) 251-267.
- COUTO, Cabral (1988) – **Elementos de Estratégia, Apontamentos para um curso**. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 1988.
- DUARTE, José (1999) – Cooperação e Segurança. Contributos para o aprofundamento da CPLP. **A Comunidade dos países de Língua Oficial Portuguesa**. Instituto de Altos Estudos Militares. Sintra : Edições Atena, Lda. 1ª Ed., ISBN 9728435258 (1999) 103-112.
- GALBRAITH, Kenneth (1983) – **Anatomia do Poder**. Lisboa: Difel, 1983.
- GRAÇA, Pedro (1992) – A Informação Cultural de Portugal. **Estratégia**. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Vol IV (1992) 189-297.
- LEANDRO, Garcia (2003)– Temos falta de formação. **Correio de manhã**. (6 de Outubro de 2003) 13.
- MARTINS, François (1996) – Geopolítica e Geoestratégia- o que são e para que servem. **Nação e Defesa**. Lisboa : Instituto da Defesa Nacional. Nº 78 (1996).
- MARTINS, François (2002) – Acerca de uma Leitura Geopolítica das Relações entre Portugal e o Atlântico. **Nação e Defesa**. Lisboa : Instituto da Defesa Nacional. Nº102 (2002) 117-154.
- MOREIRA, Adriano, ( 1979), Poder Funcional, Poder Errático, **Nação e Defesa**. Lisboa : Instituto de Defesa Nacional, Nº 12 (1979) 13-27.
- MOREIRA, Adriano (1982) – O papel das Pequenas Potências. **Estudos Políticos e Sociais**. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Vol X. Nº 3-4 (1982) 7-25.
- MOREIRA, Adriano (1988) – Segurança e Defesa. **Nação e Defesa**. Lisboa : Instituto de Defesa Nacional. Nº 45 (1988)

- MOREIRA, Adriano (1991) – O poder e a soberania. **Nação e Defesa**. Lisboa : Instituto de Defesa Nacional. Nº 57 (1991).
- MOREIRA, Adriano (1993) – Os Poderes dos Pequenos Estados em tempo de paz. **Estratégia**. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Vol V (1993) 43-49.
- MOREIRA, Adriano (1996) – As fronteiras Portuguesas. **Conjuntura Internacional**. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (1996) 15-24.
- MOREIRA, Adriano (1997) – **Teoria das Relações Internacionais**. Coimbra: Livraria Almedina, 1997.
- MOREIRA, Adriano (1997) – Soberania de Serviço. **JANUS97**. Lisboa : Anuário de Relações Exteriores (1997).
- MOREIRA, Adriano (2001) – **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Cooperação**. Coimbra: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Almedina, Setembro 2001.
- NUNES, Isabel (1993) - Delineamento de uma estratégia diplomática portuguesa. Portugal na II Guerra Mundial. **Estratégia**. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Vol V (1993) 53-297.
- NYE, Joseph (2002) – **Compreender os conflitos internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.
- OLIVEIRA, Aparecido (1999) - Cooperação e Segurança. Contributos para o aprofundamento da CPLP. **A Comunidade dos países de Língua Oficial Portuguesa**. Instituto de Altos Estudos Militares. Sintra : Edições Atena, Lda. 1ª Ed., ISBN 9728435258 (1999) 33-44.
- KENNEDY, Paul (1989) – **Ascensão e queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 4ª Edição, 1989.
- RAMALHO, Pinto (1992) - A Internacionalização da Segurança e os Pequenos Estados. **Estratégia**. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Vol IV (1992) 299-308.

- RAMALHO, Pinto (1998) - O Conceito de Espaço Estratégico de interesse Nacional. Lisboa : **Boletim de Formação Investigação e Doutrina do Instituto Altos Estudos Militares**. Nº 46 (1998).
- RIBEIRO, Gonçalves (1999) – Cooperação e Segurança. Contributos para o aprofundamento da CPLP. **A Comunidade dos países de Língua Oficial Portuguesa**. Instituto de Altos Estudos Militares. Sintra : Edições Atena, Lda. 1ª Ed., ISBN 9728435258 (1999) 89-99.
- RODRIGUES, Chito (2003) – As Pequenas Potências e as informações estratégicas O problema português. Lisboa : **Revista Militar**. Nº 4 (2003) 283-299.
- SANTOS, Loureiro (2001) – **Segurança e Defesa na Viragem do Milénio**. Mem-Martins: Publicações Europa América, Setembro 2001.
- SANTOS, Loureiro (1991)– Uma perspectiva Estratégica do Arquipélago da Madeira. **Como defender Portugal Opções Estratégicas**. Lisboa : Instituto de Altos Estudos Militares. (1991) 161-165.
- SACCHETTI, António (1982) – **Estudos Políticos e Sociais**. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Vol X: Nº3-4 (1982) 75-168.
- SANTOS, Silva (1994) – Que poder marítimo para Portugal? **Anais**. Lisboa: Instituto Superior Naval de Guerra. Nº8 (1994) 85-120.
- SOUSA, José (1997) - **A nova ordem mundial e as opções estratégicas de Portugal**. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, TILD [Trabalho Individual de Longa Duração] CEM 96/97, 1997.
- TAVARES, Valadares (2003) – Do crescimento ao desenvolvimento. In TAVARES, Valadares; MATEUS, Abel; CABRAL, Sarsfield – **Reformar Portugal. 17 Estratégias de mudança**. Lisboa : Oficina do Livro, 2003, 4ª Ed. ISBN 972-8579-94-2. P. 69-88.
- TORRES, Adelino e FERREIRA, Enes (2001) – Globalização, CPLP e a modernização da economia Portuguesa. **Política Internacional**. Lisboa : TexType-Artes Gráficas, Lda. Vol 3: Nº 24 (2001).

### Manuais Escolares

- IAEM a [Instituto de Altos Estudos Militares] (2000) – **Geografia, Geopolítica e Geoestratégica - Realidade Geopolítica**. Lisboa : Instituto de Altos Estudos Militares,

2000. NC 71-00-15.

IAEM b [Instituto de Altos Estudos Militares] (2000) – **Arte Operacional - Operações Conjuntas e Combinadas**. Lisboa : Instituto de Altos Estudos Militares, 2000. NC 20-77-01.

IAEM [Instituto de Altos Estudos Militares] (1999) – **Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica**. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 1999. ME 71-00-08.

RAMALHO, Pinto (1993) – **Opção Estratégica para as Pequenas Potências**. Lisboa : Instituto de Altos Estudos Militares, 1993. NC-70-30-11.

### Entrevistas Realizadas

RAMALHO, Pinto (2003) – **Entrevista realizada em 2 e 6 de Outubro**. Lisboa : Ministério da Defesa Nacional, 2003. É actualmente o Director Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério de Defesa Nacional.

SANTOS, Loureiro (2003) – **Entrevista realizada em 3 de Outubro**. Carnaxide, 2003.

### Internet

ALMEIDA, André e CARNEIRO, Roberto (coordenador) (2003) – **Estudo do Impacto da Imigração em Portugal nas Contas do Estado** [Em linha]. Lisboa : Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas [2003]. [Consult. em 7 de Setembro de 2003, às 23H30].  
Disponível na WWW:<URL:[www.acime.gov.pt](http://www.acime.gov.pt)>

AMARAL, Mota (2002) – **O Estatuto do Cidadão Lusófono e a circulação no seio dos Países da Comunidade** [Em linha]. Lisboa: Assembleia da Republica. [2002], actual. 3 Out. 2003. [Consult. 11 Setemb. 2003, às 04H13].  
Disponível da WWW:  
<URL:[www.parlamento.pt/presidente/intervencoes/forumcplp\\_tema1.html](http://www.parlamento.pt/presidente/intervencoes/forumcplp_tema1.html)>

APF [Associação para o Planeamento da Família] (2003) - **Acordo de Cotonou** [Em linha].Lisboa : Associação para o Planeamento da Família, [200-?]. [Consult. 27 Maio 2003, às 22H22]. Disponível na WWW:<URL: [www.apf.pt/activ/ssrep.htm](http://www.apf.pt/activ/ssrep.htm)>

AWS BV [Archimedes Wave Swing] (2003) - **Renewable energy out of ocean waves- 2 MW demonstration offshore Portugal** [Em linha]. Holanda : Archimedes Wave Swing [2001]. [Consult. em 7 de Setembro de 2003, às 23H50].

Disponível na WWW:<URL:[www.waveswing.com/waveswing/index.htm](http://www.waveswing.com/waveswing/index.htm)>

BARRIGA, Fernando (2003) – **Recursos Minerais em Portugal – Situação e Perspectivas** [Em linha]. Lisboa : Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, [1998], actual. 22 Abr 2002. [Consult. em 10 de Out 2003, às 23H35].

Disponível na WWW:

<URL:[www.geologia.fc.ul.pt/Aulas/Recursos%20Minerais/RecMinPort-SituPerspectivas-Total2001.pdf](http://www.geologia.fc.ul.pt/Aulas/Recursos%20Minerais/RecMinPort-SituPerspectivas-Total2001.pdf)>

CARNEIRO, Roberto (2003) – **Perspectivas Geopolíticas para as Nações do Mundo Tropical no Séc XXI** [Em linha]. Recife: Ministério da Educação, [1996], actual. 6 Setemb. 2003. [Consult. 7 Set.2003, 01H30].

Disponível na WWW: <URL:[www.fundaj.gov.br/docs/tropico/semi/trop30-3.html](http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/semi/trop30-3.html)>

CIA [Central Intelligence Agency ] (2003) – **The World Factbook, Geography Portugal** [Em linha]. Washington : Central Intelligence Agency [2003], actual. em 1 de Agosto de 2003. [Consult em 10 Setembro de 2003, às 14H30].

Disponível na WWW:

<URL:[www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/po.html](http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/po.html)>

CIA [Central Intelligence Agency ](2003) – **The World Factbook, Geography Israel** [Em linha]. Washington : Central Intelligence Agency [2003], actual. em 1 de Agosto de 2003. [Consult em 7 Setembro de 2003, às 23H35].

Disponível na WWW: <URL:[www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/is.html](http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/is.html)>

COUTSOUKIS, Photius (2003) – **Portugal Transportación 2000** [Em linha]. [200?], actual. 1 de Nov. 2000. [Consult. 20 de Maio de 2003 às 22h20m].

Disponível na WWW:

<URL:<http://www.photius.com/wfb2000/es/portugal/portugaltransportation.html>>

DGE [Direcção Geral de Energia] (2003) – **Qual é a importância das Energias Renováveis**

**em Portugal?** [Em linha]. Lisboa: Ministério da Economia [200-?], actual. em 3 de Out. de 2003 [Consult. 4 Set.2003, às 23H45].

Disponível na WWW: <URL:[www.dge.pt](http://www.dge.pt)>

FAULSTICH, Enilde (2003) - **Papel político-linguístico do Brasil no contexto de um novo mapa de integração.** [Em linha]. Brasília : Câmara dos deputados. [2003] actual. em 30 Set. de 2003. [Consult. em 30 Set. 2003 às 23H35].

Disponível na WWW:

<URL:[www.camara.gov.br/internet/Camara500/Seminarios/ID\\_Faustich\\_P1.htm](http://www.camara.gov.br/internet/Camara500/Seminarios/ID_Faustich_P1.htm)>

IST [Instituto Superior Técnico] (2003) – **Viabilidade Económica da Dessalinização** [Em linha]. Lisboa : Instituto Superior Técnico [200-?]. [Consult. em 9 Setembro 2003, às 10H20]. Disponível na WWW:

<URL:[www.dequim.ist.utl.pt/ipi/TGrupos/Trabalho%20T7.doc](http://www.dequim.ist.utl.pt/ipi/TGrupos/Trabalho%20T7.doc)>

MC [Ministério da Cultura] (2003) – **Orçamento do Ministério da Cultura Ano de 2002** [Em linha]. Lisboa: Ministério da Cultura [200-?]. actual. 23 Set. 2003 [Consult. 23 Set. 2003 às 17H17].

Disponível na WWW:

<URL: <http://www.min-cultura.pt/Ministerio/Orçamento.html>>

SYLLUS, C (2003) – **Tecnologia, Poder e Segurança Nacional** [Em linha]. Rio de Janeiro : Escola Superior de Guerra [2001], actual. 7 de Out 2003. [Consult. 10 de Out. 2003, às 16H35]

Disponível na WWW: <URL:[www.esg.br/dactec /leitura/tecnoseg.html](http://www.esg.br/dactec /leitura/tecnoseg.html)>

SIZA, Rita (2003) – **Portugal e Espanha falham nova tentativa de acordo para as pescas.** [Em linha]. Lisboa : Jornal Publico. [2003], actual em 12 Set. 2003. [Consult em 12 de Setembro 2003, às 22H36].

Disponível na WWW:

<URL:[www.jornal.publico.pt/ 2003/09/12/Economia/E20.html](http://www.jornal.publico.pt/ 2003/09/12/Economia/E20.html)>

TEXTO EDITORA (2003) – **Dicionário Universal da Língua Portuguesa** [Em linha]. Lisboa : Texto Editora [2001]. [Consult. em 12 Set. 2003, às 23H47].

Disponível na WWW:<URL:[www.priberam.pt/DLPO/](http://www.priberam.pt/DLPO/)>

## INDICE REMISSIVO

- A**
- Açores, iii, 2, 3, 10, 11, 12, 13, 15, 47, 53  
Africa, 1, 12, 13, 28, 39, 43, 48
- B**
- Brasil, 17, 22, 59
- C**
- Capacidades, iii, 1, 2, 5, 8, 31, 35, 39, 52  
Cidadania, 25, 29, 44  
Coesão, 7, 17, 22, 24, 29, 43, 48, 52  
CPLP, v, 29, 32, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 45,  
52, 56, 62  
Cultura, iii, 2, 23, 24, 25, 28, 29, 38, 39, 43,  
44, 50, 59
- D**
- Dependência mútua, 37, 49  
Dependências, iii, 29, 38, 39, 49, 50  
Descobrimientos, 14, 17, 33, 34, 37  
Dessalinização, 20
- E**
- Educação, 25, 29, 43, 48, 52  
Energia, 18, 19, 28  
Energias alternativas, 28, 48  
Energias Renováveis, 19, 59  
Estados Unidos, v, 4, 12, 16, 28, 31, 47, 53  
Europa, 1, 9, 11, 13, 15, 22, 25, 39, 44, 47,  
56  
Exército, iii, 40, 49
- F**
- FA, v, 4, 29, 42, 52  
Forças Nacionais Destacadas, 40
- G**
- Gás natural, 20, 53  
Globalização, 35, 37, 38, 39, 50, 53, 56
- H**
- Hierarquia das potências, 39, 47
- I**
- Informação, iii, 8, 24, 25, 27, 29, 35, 37, 43,  
52  
Informações estratégicas, 27  
Interdependência, 37, 38, 49  
Israel, 21, 33, 58
- L**
- Lusofonia, 43
- M**
- Madeira, iii, 2, 3, 10, 13, 47, 56, 1, 2, 3  
Magreb, 1, 13, 47  
Multinacionais, 35, 37, 38, 50  
Mundialismo, 39
- N**
- Novas tecnologias, 38



## O

OTAN, v, 11, 13, 16, 39, 40, 47, 48, 49, 6

## P

Península Ibérica, 1, 9, 12, 31

Pequenas Potências, iii, 6, 8, 27, 29, 30, 40,  
41, 47, 54, 56, 57

Pequeno Estado, 5, 7, 12, 17, 33, 35, 49, 53

Poder Cultural, 23, 24

Poder de Legitimação, 45, 46, 49, 50

Poder Tecnológico, 35

Portugal, iii, 1, 3, 4, 7, 9, 12, 14, 15, 16, 17,  
18, 21, 22, 25, 26, 28, 29, 31, 33, 34, 36,  
37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48,  
52, 53, 54, 58, 59

Posição charneira, 1

Posição geográfica, iii, 12, 21, 47

Potência marítima, iii, 15

## R

Recursos, iii, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 10, 14, 15, 16,  
17, 18, 19, 20, 21, 26, 28, 29, 33, 35, 38,  
40, 47, 49, 50, 52

Recursos humanos, 4, 17, 21, 29, 35, 47, 48,  
49, 52

## S

Servidão estratégica, 47

Soberania de Serviço, 38, 55

Suiça, 21, 33

## U

União Europeia, v, 12, 15, 19, 45, 46

Universidades, 25

## Z

Zona Económica Exclusiva, v, 9, 14, 15, 18



## - APÊNDICES -



---

**INDICE DE APÊNDICES**

APÊNDICE A – FACTORES ORIGINÁRIOS DO PODER.....	A-1
APÊNDICE B – ASPECTOS MAIS RELEVANTES DOS AÇORES E MADEIRA .....	B-2
APÊNDICE C – PRINCIPAIS TEORIAS GEOPOLÍTICAS .....	C-1
APÊNDICE D – CARACTERIZAÇÃO GRÁFICA DA PEQUENA POTÊNCIA.....	D-1
APÊNDICE E – ACTUAÇÃO DAS PEQUENAS POTÊNCIAS .....	E-1
APÊNDICE F – MAPA DA CPLP .....	F-1

---

## APÊNDICE A – FACTORES ORIGINÁRIOS DO PODER

### 1. Teorias sobre o Poder

Para um melhor aprofundamento do significado de *Poder*, socorremo-nos de vários teorizadores para, numa perspectiva académica, chegarmos aos factores que lhe dão origem.

#### 1.1 Max Weber

Max Weber, sociólogo e cientista político alemão, definiu *poder* simplesmente como “a capacidade de alguém impor a sua vontade sobre o comportamento de outras pessoas” (Galbraith, 1983, p.18), sendo esta a noção mais comum com aplicação a todas as pessoas ou grupos. Quanto maior for essa capacidade de impor a vontade a outro e conseqüentemente atingir os objectivos, maior será o poder.

#### 1.2 Kenneth E. Boulding

Kenneth E. Boulding refere também que é fundamentalmente nos sistemas sociais que o conceito de *poder* se torna mais importante, distinguindo 3 categorias: “threat power”, “economic power” e “integrative power”. O conceito geral é confundido muitas vezes com a ideia de força, mas esta apenas constitui uma pequena parte da natureza geral do poder. A sua quantificação ou medição é extremamente complexa porque se trata de um conceito multidimensional, abrangente de um largo espectro de áreas. É definido para os seres humanos como “*ability to get what one wants*”(1989, p.15).

#### 1.3 John Galbraith

John Galbraith dedicou-se no seu livro “*The Anatomy of Power*” (1983) a estudar os instrumentos e as fontes que pelos quais o poder é exercido. Definiu três instrumentos, ao que deu o nome de “condigno”, “compensatório” e “condicionado”. Através do primeiro conseguiria obter a submissão pela “capacidade de impor às preferências do indivíduo ou do grupo uma alternativa suficientemente desagradável ou dolorosa para o levar a abandonar essas suas preferências” enquanto que pelo segundo, a submissão seria obtida pela ameaça ou mesmo aplicação de conseqüências adequadamente adversas. Com o poder “condicionado”conquistaria a submissão através da oferta de uma recompensa positiva. Esta compensação poderá assumir um leque variado de formas, tais como a recompensa pecuniária, elogio ou outras. Como pequeno exemplo, podemos referir que uma repreensão pessoal pode ser uma forma de *poder condigno* e um louvor poderá assumir uma forma de *poder compensatório*.

Quanto às *fontes do poder*, o mesmo autor avança com as seguintes: *personalidade*, onde estão incluídas as qualidades físicas, mentais de oratória e outras características pessoais que dão acesso a um ou mais instrumentos de poder, a *propriedade* que confere autoridade e proporciona



meios para comprar submissão e a *organização* assumindo-se como a mais importante nas sociedades modernas, porque é dela que advém a necessária persuasão e a consequente submissão. Estes conceitos estão relacionados com o tema, uma vez que o Estado como organização é um instrumento de poder que utiliza numerosas combinações entre as fontes e os instrumentos correlativos: “Indivíduos e grupos procuram o poder para promover os seus próprios interesses (...), e para estender a outros os seus valores pessoais, religiosos e sociais (Galbraith, 1983, p.24).

Contudo, sempre que o poder é exercido ou aplicado, surge espontaneamente uma forma de resistência a que damos o nome de *contra-poder*. Se por mero exercício académico colocássemos a hipótese da sua não existência, teríamos como resultado a ampliação ilimitada do poder, com a submissão à vontade dos que estivessem melhores capacitados para o exercerem. De facto, o pensamento de alguém que inicialmente se defronta com um exercício de poder indesejável, será de imediato tentar resistir-lhe, procurando para isso todos os meios que estiverem ao seu alcance. É um processo automático, que deverá ser tido em conta em qualquer exercício de poder.

Podemos então estabelecer, como regra, “que quase todas as manifestações de poder provocam manifestações opostas, embora não necessariamente iguais” (Galbraith, 1983, p.90): o poder que nasce na personalidade normalmente é enfrentado por uma personalidade forte, enquanto aquele que nasce da propriedade é contestado pela propriedade e o que nasce da organização é combatido normalmente pela organização. Como exemplos na história, tivemos durante a II Guerra Mundial a personalidade de Hitler contrariada pelas de Churchill, Roosevelt, Estaline e De Gaulle; durante a Guerra Fria o poder de uma super potência foi contrabalançado por medidas similares por outra super potência (à NATO opôs-se o Pacto de Varsóvia), e assim sucessivamente.<sup>1</sup>

Finalmente o poder militar surge como a maior expressão de poder que o estado possui. Das três fontes do poder, a instituição militar integra especialmente duas – a “propriedade”, através de recursos financeiros que lhe são atribuídos e “organização”.

#### **1.4 Adriano Moreira**

Numa perspectiva já voltada para as relações internacionais, Adriano Moreira, define poder como “o produto recursos materiais e imateriais, que se integram à disposição da vontade

---

<sup>1</sup> Segundo o mesmo autor, há no entanto exemplos históricos de poder contestatário ou de contraposição que tem sido mais eficaz pela assimetria. É o caso de Mahatma Gandhi e de Martin Luther King Jr que conseguiram maior poder e consequentemente atingir os seus objectivos através de uma atitude assimetricamente oposta, mas incrivelmente forte.



política do agente e que este utiliza para influenciar, condicionar, congrega e vencer o poder de outros agentes que lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses.” (1997, p.221). No fundo não é mais do que um instrumento para se conseguir alcançar os objectivos pretendidos, sendo realizado sempre em função das capacidades opostas, resultando numa relação em que jogam todos os factores dos oponentes, mensuráveis ou não. Daqui se conclui pela dificuldade da sua quantificação, havendo inúmeros exemplos na história de países supostamente mais fortes não conseguirem fazer alcançar os seus objectivos.

### 1.5 Raymon Aron

Por outro lado ainda, o escritor político Francês Raymon Aron, definiu *poder* como “a capacidade de uma unidade política impor a sua vontade às outras unidades” (Boniface, 2001. p. 276). Este poder será exercido de forma positiva ou negativa, consoante se leve o outro estado a efectuar o que de outra forma não teria feito ou impedindo o outro estado de fazer o que pretende.

O poder exerce-se assim em função do campo de acção onde os efeitos devem ser produzidos, implicando não só uma temporalidade mas também uma localização face aos opositores, o que nos leva aos domínios económico, saúde, educação, militar, territoriais, entre outros. Na sua origem encontramos uma infinidade de factores, interrelacionados, que conseguem fazer impor a sua vontade contra a de alguém (homem ou organização), podendo utilizar diversas formas que vão desde a simples persuasão até à coacção física. Temos factores ou componentes essencialmente psicológicos, onde se poderão inserir todos os que se relacionam com a capacidade de influenciar, seja pelo carisma, personalidade ou liderança e factores naturais ou físicos onde incluiremos todos os restantes que poderão ter carácter mais mensurável e têm a ver com a capacidade económica, militar, humana, geográfica, entre outros. É na conjugação destes factores que, numa determinada relação face a um qualquer opositor, se poderá obter maior ou menor capacidade de impor a nossa vontade. De todos os factores do poder, a capacidade industrial é a variável económica mais importante e a qualidade de liderança a mais importante variável política. O poder não é uma coisa mas sim uma relação variável, onde a percepção que cada interveniente tem do poder do outro aparece como elemento essencial (Moreira, 1997, p.233).

### 1.6 Cabral Couto

Para este autor, os estados diferem largamente no que se refere às respectivas capacidades para orientarem a sua política interna, fruto de diferenças entre eles nomeadamente dimensões



geográficas, grau de desenvolvimento económico, formas de governo, carácter nacional, entre outros, apesar de segundo o direito internacional serem membros iguais da sociedade internacional. Afirma ainda que para se ter poder é preciso ter força, condição necessária mas não suficiente. Apresenta algumas características do poder, nomeadamente:

- **Relatividade**, ou seja, o poder só faz sentido numa relação entre dois ou mais opositores;
- **Carácter situacional**. O poder só tem significado numa relação concreta, face a objectivos que se pretendem atingir;
- **Subjectividade**, ou seja, o poder é aquilo que o opositor pensa que é, podendo ou não coincidir com a realidade;
- **Personalização**. Consoante a personalidade que o utiliza, poderá ser mais “rentabilizado” do que outra.
- **Convertibilidade**. Se existir uma determinada força em excesso que dá poder ao estado não poderá ser convertida noutra que possa faltar.
- **Multidimensional**, ou seja, o poder é multifacetado porque assenta em mais do que uma força.
- **Temporalidade**. O poder que numa determinada conjuntura existe, poderá não servir para outra.
- **Instrumentalidade**, isto é, o poder não é um fim em si mesmo mas apenas um instrumento para se atingir um fim ou objectivo.
- **Neutralidade moral**. O poder não tem qualquer ética ou moral. Existe apenas para atingir objectivos.

Como conclusão, refere que o poder real só se define em acto. Até lá é meramente poder potencial, o que significa da sua subjectividade em relação à consciência que se tem dessa força. Finalmente refere também que uma unidade política mais fraca não tem que obrigatoriamente ceder, só pelo simples facto de ter menos força; O mais forte poderá não estar na disposição de a utilizar, dispondo então a menor potência de liberdade de acção que lhe permite obter uma notável liberdade de acção na cena internacional. (Couto, 1988, p.39-43). Na realidade vai ao encontro do conceito de *poder funcional*, embora não o defina com clareza.



## APÊNDICE B – ASPECTOS MAIS RELEVANTES DOS AÇORES E MADEIRA

### 1. Os Arquipélagos dos Açores e Madeira

Na época dos descobrimentos, Portugal deu início ao encontro das culturas europeias com as do novo mundo e das velhas civilizações orientais quando conseguiu enfrentar os perigos para lá do *Mare Nostrum* Mediterrâneo. Desde a sua descoberta no início do Século XV que os Açores têm um papel importante no apoio à navegação no Atlântico. Pela sua localização, tornou-se desde logo num baluarte do poder português pois tinha a possibilidade de proteger as linhas de comunicação marítimas para as novas terras descobertas, constituindo um importante suporte logístico. Essa importância era de tal modo visível e efectiva que foi rapidamente apelidada pelos viajantes de “pérola preciosa” do Atlântico.

Quanto à Madeira, desde o século XV, que tiveram manifesto interesse nas grandes descobertas portuguesas, tornando famosas as ricas rotas comerciais que ligavam o porto do Funchal a todo o Mundo Atlântico. Foi em 1425 que se deu início ao povoamento organizado e durante algumas dezenas de anos a produção cerealífera foi um factor de riqueza e crescimento, chegando a produzir mais de 3.000 moios<sup>1</sup> de trigo, na sua maior parte exportado para o continente e para as feitorias portuguesas do litoral Sacariano e Guineense.

#### 1.1 Arquipélago dos Açores

É uma Região Autónoma do Estado Português, constituída por um arquipélago de nove ilhas e alguns ilhéus, que se dividem em três grupos: Grupo Ocidental (Corvo e Flores); Grupo Central (Terceira, Graciosa, S. Jorge, Pico e Faia) e Grupo Oriental (S. Miguel, Santa Maria e os ilhéus das Formigas). No seu conjunto, os Açores estendem-se por cerca de 600 km, no sentido Noroeste – Sudeste, entre as latitudes Norte de 36° 55´ e de 39° 43´ e entre as longitudes de 25° e de 31° a oeste de Greenwich, situando-se sensivelmente a Oeste do Cabo da Roca, a cerca de 760 milhas do continente português e a 2110 milhas de Nova Iorque. Tem uma superfície total de 2304,48 km<sup>2</sup>.

Apresenta extensos bancos submarinos, sendo mais importante o D. João de Castro, entre a ilha de S. Miguel e a Terceira, a apenas 16 metros de profundidade. A ilha com maior superfície é a de S. Miguel (749 km<sup>2</sup>) e a de menor é a do Corvo (17 km<sup>2</sup>).

O Arquipélago dos Açores tem as elevações máximas da Dorsal Médio – Atlântica (cordilheira submarina), nas quais o seu alinhamento define a separação de três vales tectónicos

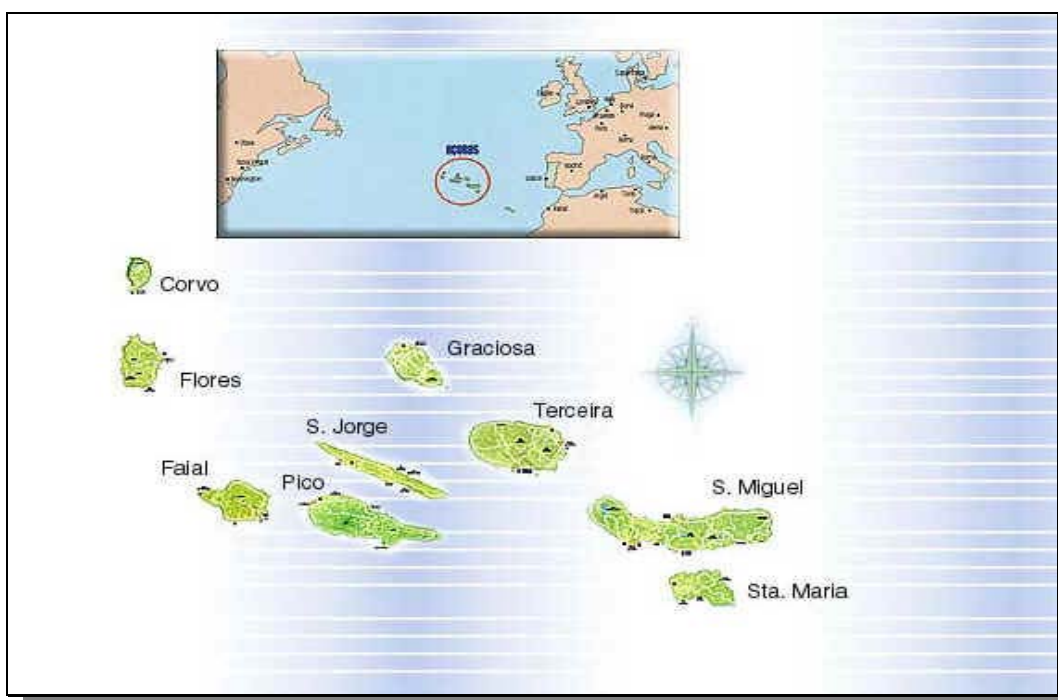
<sup>1</sup> Medida antiga para medir trigo, de capacidade correspondente a 60 alqueires, que por sua vez corresponde a 13 litros (Texto Editora, 2003).



submarinos. As ilhas açorianas não são mais do que os cumes que emergem de uma base assente à profundidade de 500 a 1000 metros dominando a Este e a Oeste, tendo depressões marítimas com cerca de 4000 metros. Todas as ilhas são de origem vulcânica, o que explica a frequência das crises sísmicas e dos fenómenos de vulcanismo, registados desde a descoberta do arquipélago no início do séc. XV. Recentemente têm ocorrido algumas crises sísmicas com gravidade como a da ilha Terceira em 1980 e da Ilha do Faial em 1998.

A ilha de Santa Maria é a mais antiga, sendo a única que apresenta extensões notáveis de rocha calcária e de argilas vermelhas, predominando o basalto nas restantes.

Figura 1- Arquipélago dos Açores



## 1.2 Arquipélago da Madeira

Em 1419 João Zarco e Tristão Vaz Teixeira ao navegarem para a costa Africana, sofrem uma tempestade e acostam numa Ilha a que chamaram Porto Santo. Cerca de um anos depois, João Zarco descobre outra Ilha a que chamou de Madeira, em face da inúmera vegetação que continha. Só foi colonizada e povoada a partir do ano de 1425.

Foi vítima de ocupação Espanhola nos séculos XVI e XVII e de uma ocupação Britânica no princípio do Século XIX. Durante o século XVII serviu de base para as esquadras enviadas para garantir a segurança das rotas Atlânticas e do tráfico proveniente da América do Sul, Africa e Índia. Também foi importante para os Ingleses durante o início do século XIX (1801 a 1814) nas



suas guerras contra a França napoleónica e perante a ameaça da sua ocupação por tais forças.

Com a I GM foi revelada a sua vulnerabilidade, com bombardeamentos alemães e navios aliados a serem torpedeados em 3 de Dezembro de 1916. Durante a II GM foi, a par dos Açores, importante na protecção das rotas marítimas e aéreas.

O Arquipélago da Madeira é constituído por quatro conjuntos de Ilhas:

- Ilha da Madeira, distando 950 quilómetros do Continente, 800 quilómetros da costa Marroquina. Ocupa uma área aproximada de cerca de 737 quilómetros quadrados.
- Ilha de Porto Santo, distando cerca de 38 quilómetros a NE da Madeira. Possui uma área aproximada de 41 quilómetros quadrados.
- Ilhas Desertas, distando cerca de 19 quilómetros a SE da Madeira. Tem três Ilhéus que no conjunto possuem uma área aproximada de 14 quilómetros quadrados.
- Ilhas Selvagens, acerca de 297 quilómetros a S-SE da Ilha da Madeira, entre esta e as Ilhas Espanholas das Canárias. Possui três Ilhéus, com uma área de quatro quilómetros quadrados.

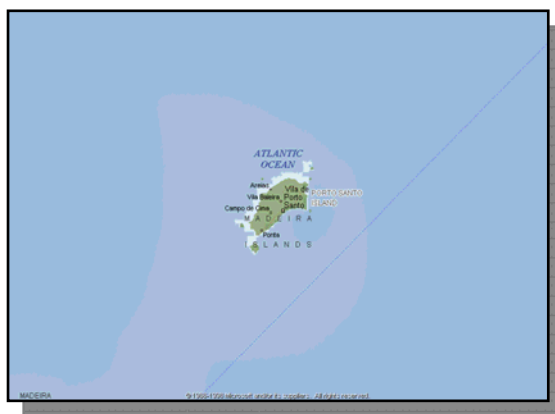
No conjunto o arquipélago representa uma superfície de 797 quilómetros quadrados com cerca de 244398 habitantes residentes na sua quase totalidade na Ilha da Madeira. A agricultura e o turismo são as principais fontes de receita da população.

A indústria está concentrada essencialmente na capital que simultaneamente se constitui no principal porto de mar do arquipélago.

Figura 2- Ilha da Madeira



Figura 3- Ilha de Porto Santo

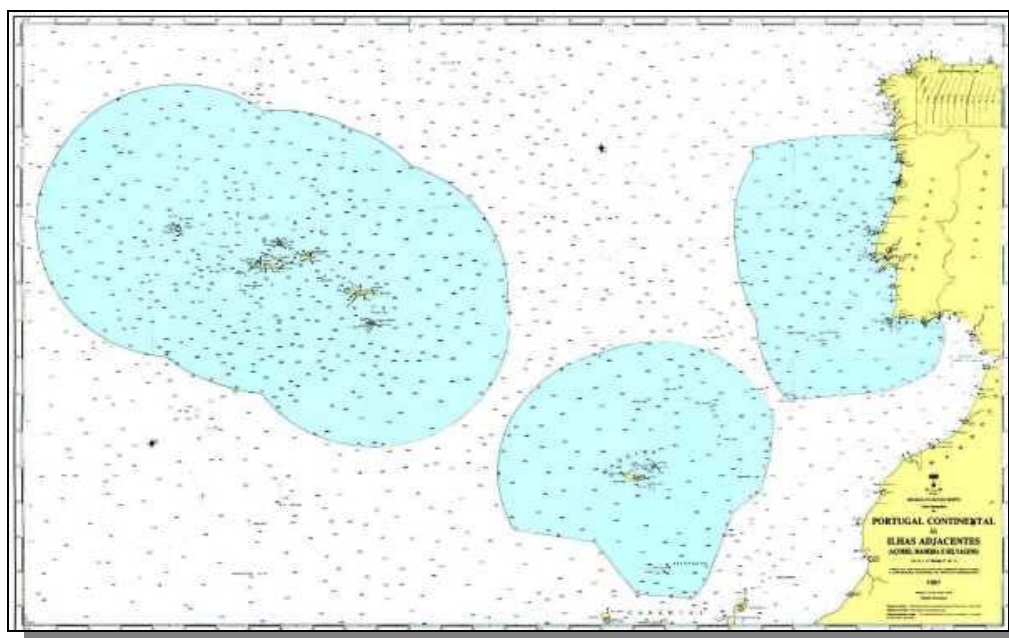




## 2. Zona Económica Exclusiva

Da interpretação feita à convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, podemos deduzir que a Zona Económica Exclusiva<sup>1</sup> (ZEE) é uma zona situada além do Mar Territorial e a ele adjacente, que se estende até 200 milhas da linha da costa a partir da qual se mede a largura do Mar Territorial. Nessa área qualquer Estado tem o direito de navegação e sobrevoo, cabendo-lhe ainda, a liberdade de instalação de cabos submarinos. Nela, os Estados costeiros têm o direito de exercer a sua soberania para fins de exploração e aproveitamento dos recursos biológicos e minerais existentes no leito e subsolo do mar e nas suas águas sobrejacentes, devendo a pesca ser praticada dentro dos limites de captura exigidos para a preservação das espécies, cuja reprodução esteja gravemente ameaçada, cabendo-lhe a autorização, mediante licença, para que outros países completem o nível de captura recomendada pelos organismos internacionais, estabelecendo as cotas, o período de tempo em que a pesca ocorrerá e as espécies que poderão ser capturadas. Caberá, ainda, ao Estado costeiro, na ZEE, o direito de exploração dos minerais encontrados no solo e subsolo marinhos. Esse direito estender-se-á à produção de energia derivada da água, das correntes e dos ventos, além de abranger jurisdição para o estabelecimento e a utilização de ilhas artificiais, instalações e estruturas, para a investigação científica marinha e para a protecção e preservação do meio ambiente marinho.

Figura 4 – Zona Económica Exclusiva Portuguesa



<sup>1</sup> Ver “Delimitação do Espaço Marítimo” (Lei n.º 33/77 de 28 de Maio).



## APÊNDICE C – PRINCIPAIS TEORIAS GEOPOLÍTICAS

### 1. Pensadores Geopolíticos. Noção de Espaço aplicado à Geografia.

Ratzel foi o primeiro pensador que tentou demonstrar que *espaço é poder*, tendo nascido das suas ideias um movimento intelectual que tentava ligar a geografia à política. Do aprofundamento das suas ideias, caracteriza o Estado fundamentalmente como entidade territorial, da qual lhe dá duas vertentes: o espaço (área total e características físicas) e a posição (situação relativa relativamente à continentalidade ou insularidade). Na sua *Teoria dos Espaços*, afirma que o espaço é factor primordial na grandeza dos Estados, sendo que a sua grandeza incita à expansão e assegura a vida dos Estados, “por ser uma força e não um mero veículo de forças políticas” (Almeida, 1990, p.107).

Enquanto que este pensador entendia que o Estado se subjugava ao espaço, La Blanche<sup>1</sup>, em contraposição afirmava que a natureza faculta um conjunto de possibilidades, cabendo ao homem a escolha das que preferir.

Kjellen<sup>2</sup> afirmava na sua teoria organicista de que “o Estado é Direito por dentro e Força ou Natureza por fora” (Almeida, 1990, p.113). Esta força a que podemos *grosso modo* chamar de poder, é mais facilmente manifestada quando os interesses vitais estão ameaçados.

Após tentar distinguir entre Geografia Política e Geopolítica, na qual a primeira seria o estudo da terra onde os seus povos moram bem como das suas relações com as outras propriedades da terra, a segunda diz que não é mais do que a “teoria do Estado enquanto organismo Geográfico ou enquanto fenómeno no Espaço” (Almeida, 1990, p.113). Desta destriça conclui que “Cada Estado tem o seu núcleo territorial fixo” (Almeida, 1990, p.114) e também que cada Estado procura no interior do “território natural” e no exterior “fronteiras naturais”. Estas ideias seriam a base para o expansionismo Germânico verificado no início do século passado.

Apesar de na sua concepção organicista de “quanto mais território mais força”, não menospreza os pequenos estados uma vez que para além de possuírem valor histórico e cultural, têm uma função “mediadora e estabilizadora”. No fundo, para Kjellen o Estado prevalece sobre a Nação porque é um indivíduo geográfico e não étnico, que suporta melhor a perda de vidas humanas do que de território (IAEM a, 2000, p.27).

<sup>1</sup> Vidal de La Blanche, nasceu em 1845 tendo falecido em 1918. É considerado o fundador da geografia científica em França. A sua teoria era diametralmente oposta à de Ratzel.

<sup>2</sup> Rudolf Kjellen nasceu em 1864 tendo falecido em 1922. Na base da sua teoria está o sentido de que os Estados são “*seres sensíveis e racionais como os homens*” (Almeida, 1990, p.112).



## 2. Espaço Vital

Como consequência do pensamento destes teorizadores, surge o conceito de “espaço vital”, também conhecido por “Lebensraum”. Com efeito, as razões que levaram o estado alemão a lutarem por mais território até à falada “fronteira natural” foram várias, entre elas as teorias do crescimento económico, confrontos diversos entre os imperialismos germânicos, russo, inglês e americano, partilha de África em 1885 e o desmembramento do Império Turco, para citar apenas alguns dos acontecimentos mais marcantes e que influenciaram a reclamação do “espaço vital”. Ratzel, em 1898, insistia na importância da Alemanha dominar o mar, após o domínio de largas parcelas de espaço terrestre (Almeida, 1990, p.117).

Com o general Karl Haushofer<sup>3</sup> nasce a definição de Geopolítica como “ciência que estuda os fundamentos geográficos dos acontecimentos políticos” (Almeida, 1990, p.121), após alguns anos de estudos profundos a Universidade de Munique, onde ensinava geografia e história militar. A revista que funda em 1924, a “Revista de Geopolítica” marcou indelevelmente a geração de muitos militares e políticos da época.

Não tendo ligação intelectual directa a Hitler, não escapou a ser acusado de contactos como regime, tendo acabado por ser julgado em Nuremberga. Das suas principais teorias contam-se a já abordada relativa ao “Espaço Vital”, a das “Pan-Regiões”, a dos “Estados Directores” e da “Hegemonia Mundial”, pilares da ideologia expansionista Alemã, demonstram que “o poder está sempre ligado a um grande espaço, num fatalismo que a geografia impõe” (Almeida, 1990, p.124).

O “direito” da Alemanha conquistar o seu “espaço vital” terá nascido nas conclusões dos geógrafos alemães da escola de Haushofer, de que a posição central do estado Alemão na Europa era muito perigosa, por se situar a leste e a oeste por estados dinâmicos, que conduziriam o país gradualmente a uma situação de desastre. Esta ideia terá convencido Hitler a iniciar a sua campanha para se opor a esta teoria. Este “espaço vital” seria auto-suficiente nos principais sectores e variaria com o tempo em circunstâncias: retomava-se assim a tese de “fronteira organicista” de Ratzel e Kjellen.

A sua tese das “Pan-Regiões” está ligada a factores de natureza culturais e económicos. Trata-se de agrupar o espaço em “áreas geograficamente compensadas”, onde intervém o papel dos “Estados Directores”. Existiriam assim quatro Pan-Regiões: Euro-África, Pan-Rússia, Área da Co-Prosperidade Oriental e a Pan-América. Para cada uma haveria um “Estado Director”,

<sup>3</sup> General Karl Haushofer, nasceu em 1869 e faleceu em 1946. Retirou-se do exército Alemão em 1912 provisoriamente por doença. É chamado novamente para a frente Russa em 1914, sendo desmobilizado no final da Guerra. Funda então a “Escola de Munique”.



respectivamente: Alemanha, União Soviética, Japão e Estados Unidos da América do Norte.

Por ultimo a tese da “Hegemonia Mundial” pressupunha a existência de um conjunto de eixos ou alianças entre os quatro directórios agrupando as outras três teses anteriores.

No acordo com a sua teoria, todo o continente ficaria isolado assim que se estabelecesse a hegemonia na Euro-Africa atlântica e na Área da Co-prosperidade. A Pan-America ficaria estrangulada na sua posição insular.

A reacção Americana foi imediata, tendo gerado na política externa das grandes potências uma grande desconfiança em tudo o que se relacionasse com a geopolítica (Almeida, 1990, 140).

### 3. O Mar

O estudo do poder deste factor geográfico, parte da questão inicial de saber se os estados marítimos têm mais poder do que os estados continentais.

De facto, olhando para os aspectos históricos, temos inúmeros exemplos de povos que tentaram chegar ao mar, na tentativa de alcançar a capacidade marítima que lhes conferisse maior poder. Na realidade, o que veio dar relevância ao poder marítimo foi o facto de possuir a capacidade de navegar e não apenas o acesso a este meio de comunicação.

Pirenne<sup>4</sup> aponta características diferentes aos povos marítimos, relativamente aos povos continentais. A sua análise é fundamentalmente sociológica e complementa a tese de Mahan<sup>5</sup>, na qual afirmava que o mar é o meio de comunicação por excelência para a permuta das riquezas que geram o poder. As comunicações por terra são mais lentas, dispendiosas e por consequência retardam o progresso. Desta forma, é o comércio um elemento que está na base do poder marítimo. Define assim poder marítimo como “a soma de forças e factores, instrumentos e circunstâncias geográficas, que cooperam para conseguir o domínio do mar, garantir o seu uso e impedi-lo ao adversário” (Martins, 1996, p. 48).

No entanto, para possuir esse poder, o estado deveria realizar três condições:

- Ter produções excedentárias para efectuar trocas;
- Possuir navios para o seu transporte;
- Ter colónias com portos seguros em tempo de paz e bases seguras e estratégicas em tempo de guerra, sendo simultaneamente áreas de expansão económica.

Mahan avança com cinco condições gerais que afectam o poder marítimo: a *posição geográfica*, a *configuração física*, a *extensão do território*, o *carácter nacional* e finalmente, o *carácter do governo*.

<sup>4</sup> Jaques Pirenne, citado por Almeida (1990) pag 142.

<sup>5</sup> Alfred Thayer Mahan, Almirante americano nasceu em 1840 e faleceu em 1914. Ensinava história naval, estratégia e tática, no “Naval War College”, em Newport. Foi agraciado pela Rainha Victória e pelo Kaise Guilherme II.



A *posição geográfica* é fundamental para possuir poder marítimo, face ao controlo de áreas consideradas importantes (áreas estratégicas vitais) que daí pode advir. È o caso da Inglaterra, por não ter fronteiras terrestres a defender. Portugal tem uma posição geográfica marítima, tendo também fronteiras com Espanha. Esta característica originou a que Portugal tivesse que se preocupar desde sempre com as suas fronteiras terrestres e marítimas.

A *configuração física* torna-se importante se possuir no território bons portos ou rios navegáveis, características fundamentais para poder desenvolver a marinha, seja ela mercante ou de guerra. Praticamente toda a costa possui portos naturais (e artificiais) o que facilitou a saída dos portugueses na época dos descobrimentos. Esta configuração assumia para Mahan grande importância pela quantidade de orla marítima existente (em detrimento da extensão do território propriamente dita), com portos adequados e populações ribeirinhas.

O *carácter nacional* define as características dum povo, desde a sua capacidade de comércio até ao próprio desejo de lucro, de aventura e outros. O autor cita o exemplo dos portugueses segundo o qual têm grandes capacidades “ (...) valentes, empreendedores, moderados, pacientes perante o sofrimento, entusiásticos e dotados de um grande sentimento nacional”. Portugal possui uma boa posição, com bons portos, contudo as características idiossincráticas do povo não deixaram transformar a “riqueza potencial em riqueza efectiva” (Almeida, 1990, p.147)<sup>6</sup>. Por outro lado, o carácter dos Ingleses e Holandeses assumia uma outra faceta, uma vez que eram bons produtores, negociantes e mercadores o que motivou o desenvolvimento das áreas que colonizavam.

Por ultimo o *carácter do governo*, é considerado de importância vital porquanto é ele que controla a quantidade e qualidade das estruturas navais. Segundo o mesmo autor, seria mais fácil a um governo autocrático seguir uma política marítima, pelo menos por longos períodos de tempo. Isto porque a população representada por um governo democrático tem mais dificuldade em apoiar os gastos militares, ainda mais se não estiver sob qualquer ameaça directa na sua segurança.

Portugal pode-se considerar que se enquadra perfeitamente nesta classificação: população extrovertida pois sempre viveram do contacto com outras civilizações, a sua cultura é produto de sínteses sucessivas, permutando valores materiais e espirituais com outros povos; a sociedade é constituída por grupos sociais abertos e o poder é descentralizado, característico de estados democráticos. É também caracterizado pelo liberalismo e tolerância (Almeida, 1990, p. 142).

Desde a época dos descobrimentos que a história portuguesa tem sido feita do contacto com

---

<sup>6</sup> Das riquezas vindas do Brasil, pouco mais de 5% (cerca de 25 milhões de dólares dos 500 totais) ficou em Portugal, tendo sido utilizado para a construção do Convento de Mafra.



outros povos, sendo perceptível a grande facilidade de comunicação (característica que ainda hoje se mantém), dando também lugar ao colonialismo com vocação para a independência dos povos. As suas relações com eles têm sido feitas de forma harmónica, mesmo entre civilizações bastante desiguais e distantes, contribuindo para um melhor e mais rápido conhecimento do mundo.

#### 4. O Continente

Feita uma abordagem às principais teses sobre o poder marítimo, cabe agora efectuar uma passagem pelos pensadores que atribuem ao poder terrestre maior realce.

Sir Mackinder<sup>7</sup> foi o defensor por excelência do poder terrestre, tendo o seu trabalho sido sempre orientado para o objectivo de conhecer com exactidão as forças que se geram no interior dos Continentes, permitindo assim ao poder marítimo tomar medidas que “contenham, controlem ou destruam aquela ameaça” (Almeida, 1990, p.158).

As teses de Mackinder são suportadas em 3 pilares:

Concepção de “pivot geográfico da história”, de 1904;

Confronto do poder marítimo no Leste Europeu (1919) e

O seu pensamento sobre a existência do “Midland-Ocean” (1943).

As duas primeiras teorias são basicamente uma análise da realidade continental da Europa e da Ásia, enquanto que a terceira perspectiva o confronto do poder marítimo com o poder continental. Vejamos um pouco de cada uma das teorias.

No conceito de “Pivot Geográfico” perspectivou a ascensão do poder terrestre, atribuindo as causas ao aparecimento dos transportes mecânicos rápidos e eficientes. Entendia que a Rússia seria um “Estado Pivot”, por se encontrar num eixo de uma enorme zona geradora de poder, podendo inclusivamente levá-la à liderança mundial. A imensidão asiática contrastava de tal forma com a pequena e fragmentada Europa, que a considerou o “pivot geográfico da história”. Por outro lado, pelas defesas naturais que possui é inacessível ao poder marítimo, contendo todos os recursos naturais necessários ao desenvolvimento por longos períodos de tempo, tendo uma larga faixa desértica a reforçar a sua defesa. O “Crescente Interior” era assim uma área que reforçava a defesa que iniciava no Sahara, estende-se para Leste através da Arábia, Irão até ao Gobi. Circundante do “Pivot Geográfico”, correspondendo cada uma das quatro regiões a uma área civilizacional: Europa (cristianismo), Médio Oriente (Islamismo), Sul da Ásia (Hinduísmo) e Ásia Oriental do Pacífico (Budismo). O “Crescente Exterior” era outra faixa constituída pela

<sup>7</sup> Sir Halford John Mackinder, nasceu em 1861 tendo falecido em 1947. Geógrafo e historiador, teve uma carreira muito variada, tendo si do desde professor, político e director do london School of Economics. Foi também o primeiro europeu a escalar o Monte Kenia.



orla marítima asiática, por toda a Europa, incluindo a Rússia Europeia e o Norte de África. Concluiu, por fim, que a “área pivot” era totalmente continental, o “Crescente Interior” era oceânico e que o “Crescente Exterior” era parte continental e parte oceânico.

Após o primeiro conflito mundial, Mackinder redefiniu ligeiramente a sua teoria, passando a designar a esta área pivot por “Hertland”, sublinhando que esta imensa zona terrestre “é o ponto vital do poder epirocástico” (Almeida, 1990, p.158). Em face disto, impunha que estados ocidentais se deveriam opor a qualquer poder que tivesse a intenção de organizar os recursos da Europa de Leste e do Hertland, uma vez que a Europa Ocidental era constituída por uma “ilha”.

Estas teses geopolíticas de Mackinder foram elogiadas por Haushofer, que ficou altamente impressionado com as proposições do geógrafo. É então que os americanos decidem dar a devida importância a este geopolitólogo, servindo as suas teorias de base à divisão mundial do pós-guerra em 1945.

A sua tese antecedeu assim a organização da OTAN evidenciando os motivos geopolíticos que impunham e alertaram para a necessidade imperiosa de cooperação entre os seus membros (Almeida, 1990, p.162). O que levou então Portugal a ser um dos seus estados fundadores?

A resposta a esta questão naturalmente que nos leva à confirmação de que o estado português é possuidor de *poder funcional* que se enquadra nas teses anteriormente abordadas e que se suportam na sua localização geográfica marítima e simultaneamente com acesso terrestre ao continente europeu. Este assunto é desenvolvido no Capítulo 2 do presente trabalho.

## 5. O poder Aéreo

Não sendo propriamente um factor geográfico *per se*, a utilização do ar e do espaço tornou-se importante na medida em que a ciência e tecnologia permitiram a sua utilização, tornando-o numa dimensão estratégica de realce nas relações entre estados. O aparecimento de factores tecnológicos que reduzam radicalmente o domínio das distâncias têm como efeito profundas alterações, que naturalmente tendem a desvalorizar o domínio dos factores geográficos em detrimento da tecnologia. Tem sido assim por toda a história da humanidade, e contínua, pois a utilização de super-computadores ligados por uma rede mundial (Internet) tem vindo novamente a reduzir as distâncias entre povos e culturas.

No entanto, a história tem vindo a demonstrar que as inovações tecnológicas não alteraram os factores do poder mais importantes, tais como a população, os recursos naturais (onde se inserem os necessários recursos energéticos necessários para a tecnologia funcionar), o tamanho do território, localização geográfica, entre outros.

O poder aéreo pode ser entendido de duas formas: como arma ou como meio de



comunicação. Como arma visualizamos rapidamente uma situação de guerra típica, no segundo poderá ser o único meio que um estado cercado por mar ou terra tenha para efectuar a ligação com o exterior. Seja como for, esta terceira dimensão foi estudada pela primeira vez por Douhet<sup>8</sup>, em 1921, ressaltando os seguintes aspectos:

O vector aéreo torna vulnerável qualquer parte do estado, sendo necessário possuir o domínio do ar para vencer o adversário;

A surpresa é fundamental na guerra aérea, tendo-se a aviação tornado na arma ofensiva por excelência, ao escolher o momento e local desejado.

Na realidade mais não é do que garantir flexibilidade estratégica e rapidez, levando a decisão dos conflitos para o ar e alterando a guerra de superfície.

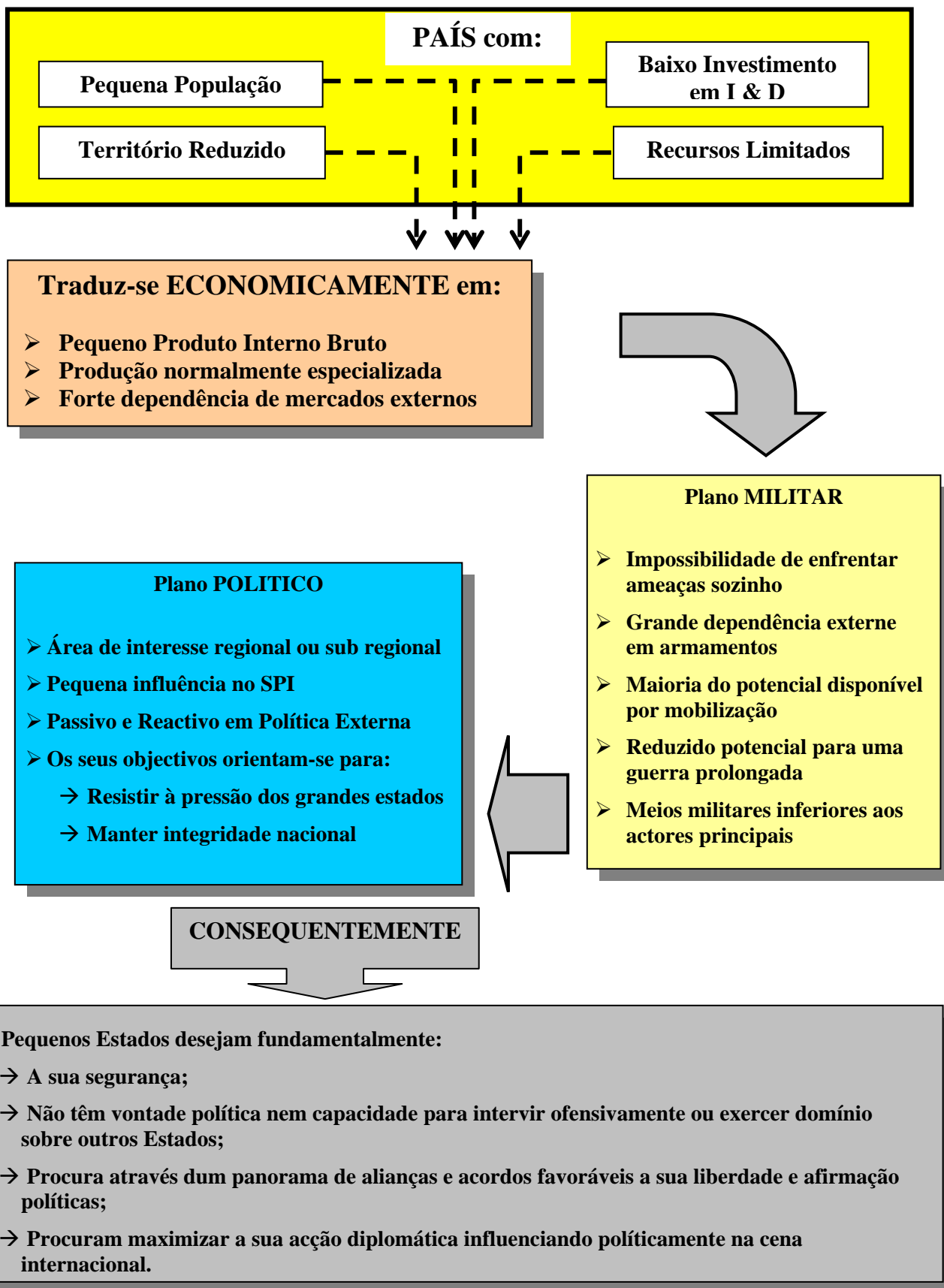
Surge a visão da guerra total, na qual o general William Mitchel preconiza a partilha do poder aéreo e do poder marítimo, considerando que a estratégia do ar modifica a estratégia do mar. Surge também na mesma altura Alexandre de Seversky, engenheiro aeronáutico russo que na sua obra “Victory trough air power” afirma que “a potência de um país ficará cada vez mais dependente do poder aéreo”<sup>9</sup>. Por ultimo George Renner, um politólogo internacional, que chamou ao Ártico “Mediterrâneo Mundial” pela reduzida distância entre URSS e os EUA tornando a circulação aérea quase ideal entre estas duas super-potências. Esta situação tornou-as mutuamente vulneráveis, alterando a inviolabilidade do território. A sua proposta para manter a paz (ou domínio) mundial passa pelas três grandes potências que dominam a “nova” fortaleza mundial (URSS, EUA e China) efectuarem uma aliança para o efeito.

<sup>8</sup> Giulio Douhet, general Italiano nascido em 1869, faleceu em 1930. A sua teoria nasce após a I Guerra Mundial, com o aparecimento do vector aéreo.

<sup>9</sup> SEVERSKY, Alexander P.(1942), Victory trough air power, N.York, Simon and Schuster, (citado em lmeida, 1990, p. 165)



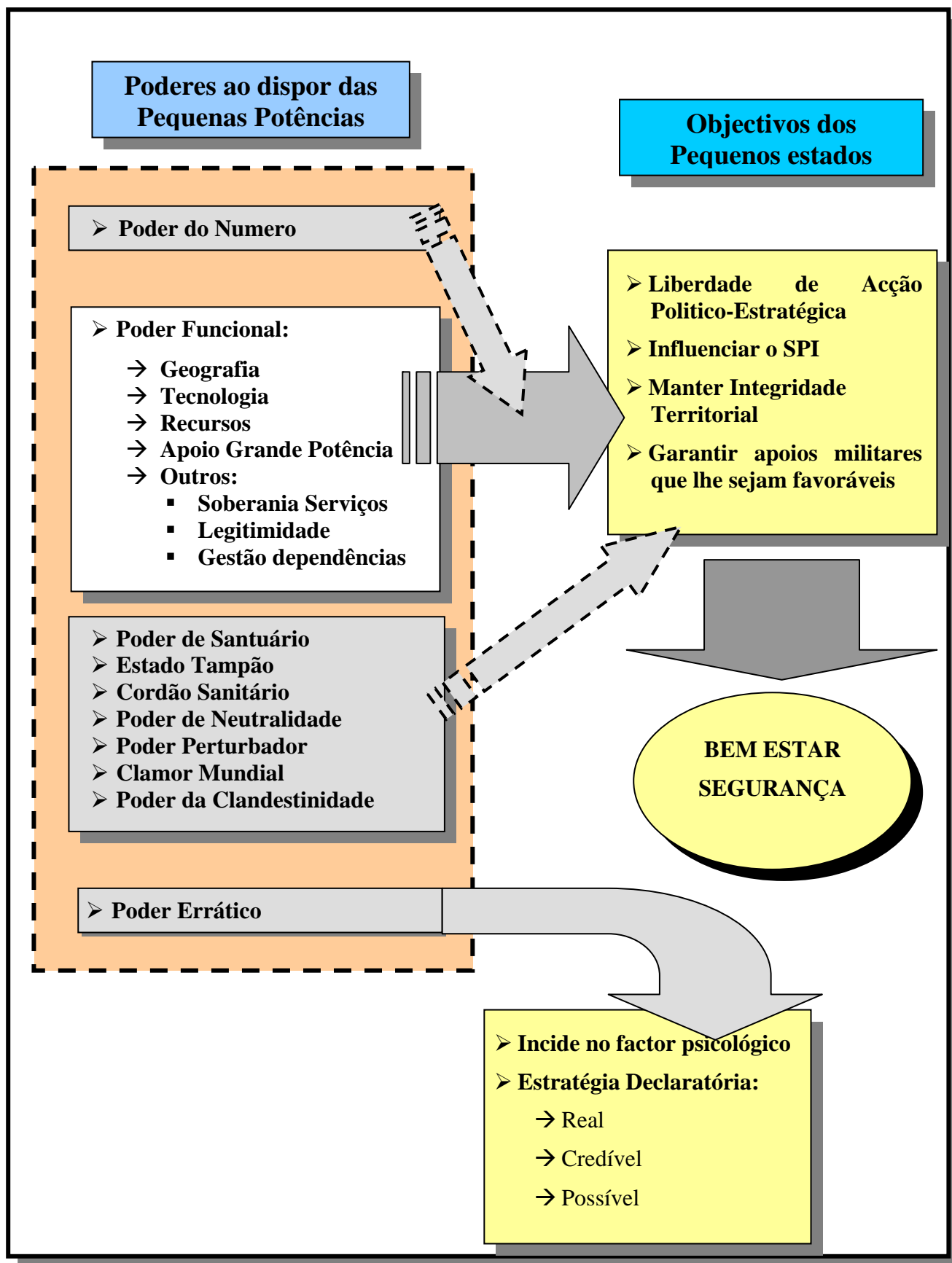
## APÊNDICE D – CARACTERIZAÇÃO GRAFICA DA PEQUENA POTÊNCIA



Fonte: Adaptado de (Ramalho, 1993)



## APÊNDICE E – ACTUAÇÃO DAS PEQUENAS POTÊNCIAS



Fonte: Adaptado de (Ramalho, 1993)



APÊNDICE F – MAPA DA CPLP



Fonte: (Faustich,2003)